



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - CONSEMA

ATA DA CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

1 Aos dezesseis dias do mês de julho do ano de dois mil e quinze realizou-se a Centésima Septuagésima Nona Reunião Ordinária do
2 Conselho Estadual de Meio Ambiente - CONSEMA, no Auditório do SEMA, situada à Avenida Borges de Medeiros, 261, 15º andar,
3 com o início às quatorze horas e trinta e seis minutos, com a presença dos seguintes Conselheiros: **Sra. Maria Patrícia Mollmann**,
4 Presidente do CONSEMA e representante da SEMA; **Sr. Marcus Arthur Graff**, representante Titular da ASSECAN **Sr. Torvaldo**
5 **Antônio Marzolla Filho**, representante Titular da FIERGS; **Sr. Eduardo Osório Stumpf**, representante Titular, do Fórum Gaúcho
6 dos Comitês de Bacias Hidrográficas (FGCBH); **Sra. Andrea Pinto Loguercio**, representante Titular da Instituição Universitária
7 Pública; **Sra. Lisiane Becker**, representante Suplente da ONG Mira-Serra; **Sra. Maria do Socorro Ramos Barbosa**, representante
8 do Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Regional-SEPLAG; **Sra. Marion Luiza Heinrich**, representante Titular da
9 FAMURS; **Sr. Rafael Volquind**, representante Suplente da FEPAM; **Sr. Rafael José Altenhofen**, representante Suplente da UPAN;
10 **Sr. Alberto Niederauer Becker** representante do Secretário de Segurança Pública-SSP; **Sr. Nestor Bonfanti**, representante Titular
11 da FETAG; **Sr. Jonatan Bronstrup**, representante do Secretário de Minas e Energia-SME; **Sra. Ilsi Boldrini**, representante Titular
12 da ONG Igrê; **Sra. Mônica Marlise Uliggers**, representante do Secretário da Cultura-SEDAC; **Sr. Fernando Hartmann**,
13 representante Suplente da SERGS; **Sr. Paulo Toledo da Luz**, representante do Secretário de Transporte e Mobilidade - STM; **Sr.**
14 **Ivo Lessa**, representante da FARSUL; **Sr. Alexandre José Macedo**, representante Titular do Centro de Biotecnologia; **Sra. Katiane**
15 **Roxo**, representante Suplente da FECOMÉRCIO; **Sr. Antônio Carlos Green Rivaldo**, representante do Secretário da Agricultura e
16 Agropecuária; **Sra. Suzana Arigony Sperry**, representante do Secretário do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia-
17 SDECT e **Sr. Mauricio Vieira de Souza**, representante do IBAMA; **Srs. Marco Aurélio Azevedo** e **Patrick Colombo**,
18 representantes Titular e Suplente, respectivamente da Fundação Zoobotânica do RS-FZB. Participaram também a Sra. Sandra
19 Berto, Presidente da Câmara Técnica Permanente de Gestão Compartilhada Estado/Município, Sr. Tiago Pereira Neto-FIERGS, Sr.
20 Valtemir Goldmeia-SEMA e Sr. Mario Saffer – Consultor Convidado da SEMA. Justificaram ausência as seguintes Entidades:
21 Amigos da Floresta, Instituição Universitária Privada e Secretaria de Obras, Saneamento e Habitação. Após a verificação do
22 quórum a Senhora Presidente deu início aos trabalhos. **Sra. Maria Patrícia Mollmann-SEMA**: “Boa tarde, vamos iniciar, já temos
23 quórum, aqui nas comunicações, hoje é data, o dia que se encerra, o prazo pras novas contribuições e pra câmara técnica esta
24 revisando a resolução 288, ai só para registrar então, vai ser encaminhado pra presidente da câmara técnica que tem contribuições
25 da FECOMERCIO, FIERGS, a Secretaria da Cultura, o Fórum dos comitês, a SEMA e a FEPAM e a FAMURS, formalmente até
26 agora entregaram as propostas, a Secretaria da Cultura, encaminhou a proposta pro comitê Estadual da reserva da Biosfera,
27 proposta também da cultura e da Mira-Serra, tá então só pra registrar aqui na ata, esta proposta aqui do comitê da reserva da
28 Biosfera foi escrita aqui por roteiro, pela Cultura e pela Mira-Serra, aqui nós temos justificativa de ausência, por enquanto ainda não
29 temos revisão de registros internos aqui, amigos da floresta, Instituição Universitária Privada, Secretaria de Obras, bom vamos fazer
30 a verificação de quórum e ai eu vou contar, me deixa ver quanto que temos 20 presentes, a pauta que eu ia propor a pedido aqui do
31 pessoal que vem apresentar o plano Estadual de Resíduos Sólidos e o Programa Estadual de Gestão de Resíduos Sólidos, e se
32 poderíamos inverter a pauta e colocar eles no início, pra depois libera-los pro próximo compromisso da tarde, mais algum assunto
33 na pauta, tens como abrir a pauta ai? A pauta vocês não tem o arquivo? Ta. Então o item de pauta vai ficar a aprovação da ata, o
34 Plano Estadual, os Recursos Administrativos e a minuta da resolução das câmaras técnicas novas, o primeiro ponto de pauta então,
35 a prolação da ata, alguma observação.” **Sra. Lisiane Becker-Mira-Serra**: “ É coisa pequena, na minha pauta 457, esta escrito
36 “mirra” invés de Mira-Serra, na 553 é “ou” e na linha 577, faltou um “r”, é como vai se dar.” **Sra. Maria Patrícia Mollmann-SEMA**: “
37 Como vai se dar, mais alguma observação? Podemos aprovar, quem é favorável a aprovação? Ok, contrários? Abstenções?
38 Aprovado então por Unanimidade, então seguindo a inversão de pautas, a gente vai pro item quatro, vai se fazer uma nova
39 apresentação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos que já vinha sido acompanhado pelo CONSEMA no ano passado, Valtemir
40 que faz essa apresentação, Valtemir tu faz, ai se a medida do, em Valtemir, eu ia pedir pra vocês irem colocando também porque
41 tem conselheiros novos, e ir esclarecendo a que ponto já foram trazidos aqui, como foi tratado à situação, inclusive pra mim que
42 não estava o ano passado, como isso já foi tratado aqui dentro, já foi apresentado o programa, o plano perdão e tem também o
43 Programa Estadual de Gestão de Resíduos Sólidos, a ideia até não se trouxe minuta de resolução pra pauta, mas é que se tenha
44 uma resolução se for de acordo de todos, aprovando, formalizando a aprovação do Conselho nesses dois pontos ai, então como
45 encaminhamento, não sei se hoje, enfim conforme for esclarecimento de todos, o Conselho se manifeste com relação ao plano
46 formalmente, a gente esta com ele pronto e o resultado final contem com o Ministério do Meio Ambiente, também reforça a
47 finalização do convênio, que custeou o plano, eu vou passar a palavra aqui então pro Valtemir.” **Sr. Valtemir Goldmeia-SEMA**: “
48 Bom, Boa tarde á todos os conselheiros, Boa tarde aos técnicos aqui presentes, o Ministério do Meio Ambiente, estabeleceu
49 durante os anos de 2011, 2012 e 2013, uma política voltada a auxiliar os Estados a fazerem os seus planos Estaduais de resíduos
50 sólidos, não foi diferente no Rio Grande do Sul, demorou até sair o convênio, feito o convênio, é foi feito todo o trabalho técnico e eu
51 vou mostrar rapidamente o que a gente fez, o que o Estado do Rio Grande do Sul fez, só que ano passado, o conselho, alguns
52 conselheiros já devem ter visto o que eu vou apresentar, agora novamente o que aconteceu aquela reunião do ano passado, de
53 Dezembro, foi a ultima daquela legislatura ela era formalmente aprovado o plano, isso não foi aprovado pelo menos a ata, isto não
54 esta, ai o Ministério do Meio Ambiente, exigiu que a gente reapresenta-se no conselho e ai saísse a aprovação formal da ata porque
55 senão o recurso que o Estado recebeu vai ser (inaudível), então eu gostaria só de fazer esse esclarecimento aos conselheiros que

56 já viram, porque senão até parece que estão apresentando a mesma coisa, mas infelizmente, norma é norma, se tem que cumprir a
57 norma, vamos cumprir a norma como ela tem que ser e mais pessoal, nós necessitaremos fazer uma audiência pública ainda,
58 depois dessa aprovação, nós precisamos fazer uma audiência pública e pra isso a princípio nos vamos conseguir o novo auditório
59 da caixa econômica federal ou então lá no centro administrativo do Estado, nós vamos fazer uma audiência pública a princípio no
60 dia 02, 01 ou 02 de Setembro e a gente também isso faz parte da aprovação do plano e a gente está tentando, com esse ato de
61 hoje, por isso eu vou fazer um apelo pra gente bota hoje a aprovação do Plano, porque a nossa ideia, só para vocês entenderem
62 porque isso tudo, porque desse ato que a gente vai ter lá na audiência pública, pra tornar pra Sociedade que foi aprovado, que é
63 um plano de 20 anos, nesse dia a gente gostaria de apresentar também se possível, um decreto do Governador ratificando o plano,
64 isso são atas formais que são necessários ser feitos só que precisa ter tempo, não adianta nos aprovarmos isso que nós vamos
65 tentar aprovar hoje, em Agosto que daí não vai dar tempo até a casa civil fazer todos os tramites que tem que ser feito, para que em
66 Setembro, a gente possa fazer a audiência pública, fazer a audiência pública sem ter o decreto já vai criar um novo problema pro
67 Estado, então gostaria que alguém se se manifesta.” **Sr. Rafael José Altenhofen-UPAN:** “Bom eu sabia dessa proposta mas,
68 nosso entendimento de audiência pública, não significa apenas a publicitação, mas também a colher sugestões da Sociedade,
69 então eu não entendo como nós poderíamos aprovar alguma coisa agora, para que depois fossem ouvidas novas sugestões da
70 Sociedade, Então apenas uma questão formal e entender primeiro, se faz uma audiência pública com uma proposta do Governo e
71 depois isso é submetido à apreciação do CONSEMA esse é o nosso regulamento.” **Sr. Valtemir Goldmeia-SEMA:** “Respeito a
72 posição, mas todas as audiências públicas do plano foram feitas, durante a inauguração do plano, vocês vão ver agora, em seguida
73 eu vou mostrar, foram feitas dentro de audiências públicas e destas audiências públicas saíram as diretrizes que aqui estão sendo
74 aprovadas, nós não podemos recomeçar todo o trabalho novamente, essa etapa agora é na verdade a finalização do plano, aquilo
75 que a Sociedade do Rio Grande do Sul escolheu como diretrizes, esta escrito, foi distribuído o material pros conselheiros? Eu
76 gostaria que entregasse lá o resumo pra cada conselheiro receber o que foi inclusive impresso, é esse material aqui, em seguida
77 vamos conseguir distribuir para todo mundo, mas inclusive foi gerado esse documento aqui, isso a maioria dos conselheiros quem
78 não tem, vai sair daqui com o documento, mas hoje é um ato simplesmente formal pra gente ratificar aquilo que foi feito no passado,
79 eu vou só pedir pra colega me ajudar a passar, então assim ó: esse aqui que nós estamos apresentando é a contratação da
80 execução do PERS, que foi encontrado pelo Ministério do Meio Ambiente que foi aquele edital ali, o convênio aquele com si core ali,
81 764224 de 2011 e ele teve seu início lá, o prazo de execução 29/10/2013, tá? Pode passar, por favor, olha aqui ó, a tipologia de
82 resíduos que foram estudadas, estão, fazem parte do plano, são essas, urbanos, saneamento o serviço de saúde, construção civil,
83 mineração, serviço de transporte, serviços industriais, resíduos industriais desculpe e os agrosilvipastoris, aqui é o mapinha que em
84 seguida eu vou ter o nome das cidades aonde foram feitas as audiências públicas, durante o trabalho, por isso eu queria que o
85 Mario se levantasse, Mario Saffer da consultoria contratada pelo SEMA e que fez o trabalho de fazer o levantamento de diagnóstico
86 pode passar, os objetivos então foi à apresentação do pré diagnóstico, participação social na inauguração e por isso que foi feita
87 essas 10 audiências públicas, porque que foi feito nesse período ai, por causa do período eleitoral do ano passado que todo mundo
88 sabe que tinha uma vedação delegada no corpo inteiro que poderia, não foi feito, mas que todas elas, quem não tem esse material,
89 o Luis é o, o Luis foi o que coordenou a parte técnica do plano pelo SEMA, quem não tiver, por favor, o Luis vai distribuir, pra vocês
90 saberem aonde foram feitas as audiências públicas e a data, olha ai, em Frederico Westphalen foi ao dia 10/06/2014, em Santa
91 Rosa no dia 11/06/2014, Porto Alegre no dia 24 de Junho de 2014, em Rio Grande no dia 26, dia 02 de Julho de 2014 em Passo
92 Fundo, dia 03 de Julho foi feito em Caxias, dia 15 de Julho de 2014 foi feito em Osório, audiência pública do plano Estadual, dia 23
93 de Julho foi em São Borja, dia 25 foi em Santana do Livramento, 25 de Julho de 2014 e o encerramento em 30/07/2014, pode
94 passar, o ciclo de audiências gerou obter informações, regionais, registrou lá a prática comum a maioria dos municípios de buscar
95 as soluções individuais para a gestão dos resíduos e de coo urgência da articulação de alternativas políticas e técnicas para
96 projetos compartilhados regionalmente, para a gestão de resíduos sólidos urbanos e registrou a existência de uma expectativa de
97 que todos os Setores sobre a efetiva implantação da logística reversa e dos acordos setoriais pode passar, isso é importante saber,
98 quem quiser acessar os documentos nesse site os documentos decorrentes do plano Estadual, estão todos eles publicados é
99 dinheiro público e não há sigilo em relação a isso, o que ta ali, o que foi produzido esta ali disponível para a sociedade nesse site ai,
100 pode passar, rapidamente, um diagnóstico sobre resíduos urbanos, só para vocês verem o Rio Grande do Sul hoje é partir do plano
101 ficou diagnosticado, que nos temos 60 aterros dos quais 48 é em condições chamadas inadequadas, e eu esclareço aqui o que é
102 inadequado, alguns não tem LO, alguns eventualmente são aquele controlado, alguns vem com o TAC do Ministério Público, então
103 todos que tinham algum questionário ficaram como inadequados e nós temos 12 que estão em condições, é 19 desculpe em
104 condições adequadas, são os verdinhos ali, então destes 19, 12 são privados, então só pra vocês verem que a fronteira, tanto a
105 fronteira com a Argentina, quanto com o Uruguai tem uma dificuldade muito grande de a gente ter aterros perfeitamente licenciados
106 e a maioria dos aterros estão localizados no eixo norte e alguma coisa no centro, então isso aqui é um dado que o plano nos trouxe,
107 isso aqui pessoal é pra onde os municípios estão mandando seus resíduos hoje, isso é uma coisa pra sociedade do Rio Grande do
108 Sul pensar, hoje, onze aterros, recebem 74% dos resíduos dos municípios do Rio Grande do Sul, desses 11, apenas um é público,
109 que é o do consorcio do Sigles, lá localizado no norte do Estado, na divisa com a Santa Catarina, pode passar, isto aqui é um mapa
110 também importantíssimo que a gente conseguiu produzir no PERS que é o seguinte ele mostra as áreas potencialmente favoráveis
111 pra receber o aterro sanitário, isso é um trabalho que tem que ser agora ampliado, isso esta numa escala Estadual, agora nos
112 vamos ter que trabalhar isso numa escala regional e isso é mas vocês podem ver que a área realmente boa, é a Área quanto mais
113 escura ali no mapa e se nos olharmos a fronteira sul e o litoral, a fronteira com o Uruguai e Argentina e a área com o litoral
114 praticamente nos não temos área pra fazer aterro, então nessas áreas, nos vamos ter que ter uma política de Estado no tocante aos
115 resíduos e a gente deve ir contra isso, isso tem que ser estudado, pode passar, proposta de regionalização é a regionalização
116 praticamente dos correios, a ideia é que os municípios em cada uma dessas regionais se consorciem ou então trabalhem
117 compartilhada mente, pra gente conseguir evitar o que a gente esta assistindo hoje no Estado, que é o turismo de resíduos, que a
118 gente esta vendo resíduos sendo trazidos, 300, 400 km de distância pra ser disposto pra determinado lugar, não é aqui julgamento
119 se isso é bom ou ruim, mas eu acho que para a sociedade, porque é um gasto enorme para os municípios, se vocês olharem os
120 orçamentos municipais, quanto se gasta com o item resíduo tanto na coleta quanto na destinação final é considerado um orçamento

121 municipal, quanto se gasta com isso e pra isso pessoal nos estamos fazendo junto com a proposta do PERS a ideia da gente ter um
122 programa de política Estadual pra auxiliar os municípios a vencer essa etapa, pode passar, então a regularização a ideia de
123 trabalhar com essas microrregiões e trabalhar com os consórcios, viabilizar a descentralização e a prestação de serviços, integrar a
124 organização, planejamento, execução de ações a cargo de municípios liníficios e definir áreas de planejamento estratégico do
125 Estado para implantação de solicitações integradas e consorciadas para gestão de resíduos e ai obvio que é integrando os
126 resíduos, não é só também integrando os municípios, mas eventualmente poderemos trabalhar com uma central que pudesse
127 trabalhar com vários resíduos de tal maneira que o custo possa cair principalmente para a ação que cabe aos municípios
128 trabalharem, gostaria de deixar isso assim, ressaltado porque hoje o custo que os municípios estão tendo com os resíduos é muito
129 grande tem alguns resíduos pessoal que até agora a gente, a sociedade como um todo parece que não enxerga mas ele é muito
130 grande a medida que nós começarmos a ter situações de tratamento de esgoto para os nossos municípios nós vamos ter uma
131 quantidade enorme de esgoto para ser tratado e ate hoje a gente não tem praticamente aterro para trabalhar com isso, não tem
132 uma politica voltada para isso, isso vai ter que ser a decorrência disso, então uma das coisas que a gente esta pensando
133 seriamente em trabalhar é a ideia do consorcio e por outro lado a gente gostaria de encerrar esse capitulo do plano hoje porque o
134 rio grande do sul no convenio do Ministério do Meio Ambiente, sobre 300 mil reais se a gente não apresentar até outubro uma
135 proposta pro ministério nós vamos ter que devolver esse dinheiro e a ideia que a gente tem dentro da secretaria e que esse recurso,
136 a gente fizesse um plano de trabalho pra montar uma estratégia no tocante ao litoral e a fronteira o litoral pela fragilidade e pela
137 sazonalidade o litoral tem um problema de que só tem resíduos em grande volume três vezes por ano e por outro lado,
138 ambientalmente, geologicamente o litoral é muito frágil no tocante a se instalar um aterro sanitário, custa muito caro instalar um
139 aterro sanitário na regia do litoral porque vocês todos sabem que o lençol freático do litoral da um metro, um metro e vinte, um
140 metro e meio então o custo pra se fazer um aterro sanitário numa área dessa é muito caro, então nos como estado, definimos que
141 nos gostaríamos de pegar esse recurso que sobrou e estabelecer um novo plano de trabalho para o ministério pra tentar
142 encaminhar o planejamento no tocante ao litoral e no tocante a fronteira, a fronteira porque, porque é uma distancia muito longa
143 municípios muito grandes e com população muito pequena portanto á uma pequena geração de resíduos, então tudo isso se torna
144 um (inaudível), pode passar, aqui pessoal é a proposta de regionalização em função da população vocês podem ver ali que, o
145 amarelo é os municípios que temos, até cinco mil habitantes é a grande maioria, pode passar, de nove faixa populacional, nos
146 entendemos como critério de regionalização, é esses dois parâmetros, população mínima, 200 mil habitantes, isso significa pessoal
147 na pratica que como órgão ambiental, nos vamos orientar de que os municípios formem consórcios que tenham no mínimo 200 mil
148 habitantes, pra possibilitar que ali se instale um aterro pra atender aqueles 200 mil habitantes e o outro parâmetro é o raio né, de no
149 máximo 200 km, já é muito 200 km, se vocês forem parar pra pensar, 200 km é quase um pais ao outro, está pode passar,
150 importante ressaltar, no tocante a parte socioeconômica a faixa populacional dos municípios e o polo desenvolvimento econômico e
151 os arranjos organizacionais pré-existentes nos municípios, muito municípios já tem consórcios, mas são consórcios não na área do
152 meio ambiente mas na área de saúde e a ideia é que a gente possa pegar essa experiência desses municípios na área de saúde e
153 levar pra área de meio ambiente nos temos as associações de municípios nos temos as regiões, e nós temos os correjes e ai
154 integrando isso nos vamos ter consórcios intermunicipais, áreas potencialmente favoráveis e juntando isso as associações de
155 municípios que a FAMURS há muitos anos trabalha com isso e é um exemplo ótimo a ser seguido, então a gente esta tentando
156 trazer pro estado essa experiência que a gente já vivenciou ai na pratica , de novo, aqui é o mapa dos correjes e consórcios hoje
157 existentes no Rio Grande do Sul que contemplam resíduos sólidos urbanos, nem todos esses consórcios que tão ai marcados, eles
158 tão operando, alguns só existem no papel, ouve durante uns anos, o luis pode ate me ajudar, porque acho que foi no ano de 2008
159 até 2010, com apoio do Governo Federal, muito grande no sentido dos municípios se consorciarem , muito se consorciaram, mas
160 ficou só no criar, criaram o consorcio mas ai não fizeram plano de rateio, não fizeram um regimento interno, então isso também é
161 um trabalho que a gente tá fomentando e auxiliando a ser feito, as estratégias, diretrizes e estratégias, então como estratégias, são
162 quatro grandes estratégias que o plano estadual de resíduos defini, promover programas de educação ambiental em rede estadual
163 e municipal, atendendo os princípios da politica nacional de resíduos sólidos, incentivar os municípios a implantar programa de
164 educação, incentivando a redução de consumo e a valorização dos resíduos prioritariamente com a participação de catadores de
165 materiais reciclados, apoiar mecanismo de sensibilização da sociedade em cartazes de forma adequada, visando seu melhor
166 aproveitamento e divulgação de iniciativas e programas municipais para coleta seletiva apoiar a constituição, fortalecimento de
167 fóruns regionais e municipais para o debate sobre a gestão integrada de resíduos com inclusão de todos os atores, dessas
168 estratégias nós temos cinco diretrizes a primeira é de educação ambiental, a segunda é qualificar o planejamento de gestão
169 integrada, a terceira é garantir o manejo integrado de resíduos atendendo os objetivos da politica nacional de não geração,
170 redução, reutilização reciclagem tratamento e por fim a disposição final ambientalmente adequado, diretriz quatro promover a
171 inclusão socioeconômica de catadores e cinco fomentar a responsabilidade compartilhada e a logística reversa de produtos pós
172 consumo, pode passar, e ai pra nós do SEMA, dando continuidade a isso, a gente esta propondo concomitantemente o programa
173 estadual de gestão de resíduos sólidos pro âmbito municipal, com esse nome ali, PEGERSEA, a ideia é que a gente consiga nesse
174 programa, fazer com que, todos os municípios, tenham necessariamente uma coleta seletiva, todos os municípios tenham, uma
175 central de triagem, coberta e com parâmetros ambientais corretos, aqueles municípios que tiverem que levar seus resíduos, não
176 dispor no seu município, vai ter que levar para outro local, vai ter que ter o transbordo também ambientalmente correto, com
177 cobertura, com local hiperabilizado, 4º item que os munícios vão ter que se preocupar em fazer é uma central de compostagem,
178 claro que a central de compostagem não é pra amanha, nos vamos ter que estudar isso, vamos ter que ter prazo, talvez até dois
179 anos, mas não é possível que a gente continue fazendo o que a gente faz hoje, todos os resíduos são enfiados num caminhão e
180 são mandados para uma central, do jeito que tá acontecendo hoje, e quando nos temos o estado do Rio Grande do Sul, em média
181 60%. 55 á 60% do nosso resíduo domiciliar do Rio Grande do Sul em matéria orgânica, e por outro lado, a gente não tem, tem
182 dificuldades em ter composto orgânico por uma serie de atividades, até pros nossos viveiros de flores, pros outros florestais, então
183 a ideia é que os municípios comecem a trabalhar com isso, claro que é uma politica, não vai cair do céu, é trabalho, vai ter que ser
184 feito capitação, eu entendo até que hoje nos não temos mão de obra no Rio Grande do Sul capacitada pra isso, é uma dificuldade,
185 hoje se o prefeito quisesse contratar uma pessoa em nível de segundo grau pra trabalhar no município com a central de

186 compostagem, onde é que tem esse profissional disponível hoje? Formado em alguma escola técnica ou formada em alguma
187 escola de segundo grau, nós temos algumas escolas que tão formando técnico de segundo grau pra trabalhar com o meio ambiente
188 agora especificamente pra compostagem é uma situação complicada e outra coisa, não adianta fazer qualquer composto também,
189 o composto também vai ter que entrar numa linha de classificação porque senão vai acontecer o que aconteceu comigo quando eu
190 tentei fazer compostagem em um município, chegou determinado momento um técnico e me disse, o teu composto é tão bom, que
191 serve para cobrir o aterro, ai eu gastei um monte de energia, um monte de gente trabalhando naquilo, pro composto não poder ser
192 usado, então tem que ter um trabalho de qualificação também, pode passar, as principais ações são essas que eu já falei a ideia
193 dos municípios trabalharem em consorcio a ideia de ajudar os municípios a ter uma legislação municipal de gestão de resíduos, isso
194 é outro problema, a maioria dos municípios não tem legislação própria que fala de resíduos, muito poucos, além disso, nos temos
195 que trabalhar com os municípios a necessidade de implantar uma taxa de cobrança de inicio, em relação a limpeza urbana, que
196 envolva resíduos e não IPTU como é feito hoje, porque infelizmente enquanto isso acontecer pra população ai fora quanto mais lixo
197 ela gerar, ela acha que esta fazendo um grande favor em juntar e colocar na frente de casa pro caminhão da prefeitura recolher, e
198 nós temos que inverter essa logica, isso só vai ser invertido a medida que a população tiver necessidade de pagar taxa, senão vai
199 continuar acontecendo o que nós temos hoje, Brasília chegando a 2 kg por habitante dia, Porto Alegre é praticamente um e a gente
200 olha pros outros países ai fora o pessoal consegue trabalhar com 400 ou 500g, claro que eu sei que nos outros países o pessoal
201 separa, boa ou muita parte da parte orgânica vai pra tratamento em estação de, tratamento de esgoto, mas nós temos que melhorar
202 isso, além disso, implantação de serviço de coleta seletiva em todos os municípios do Rio Grande do Sul, licenciamento ambiental,
203 realizado pelos técnicos municipais no tocante a área de transbordo, área de filtração, tanto na área de triagem como de
204 transbordo, na área de trituração beneficiamento de resíduos de construção civil, projetos de compostagem orgânica e aterros de
205 pequeno porte, no tocante aos aterros de pequeno porte e talvez seja dessa nossa proposta a parte mais polêmica, da onde a
206 gente partiu? A gente partiu numa resolução do CONAMA, da data de 2008 que foi referendada por uma NPR de 2010, aonde é
207 considerada um aterro de pequeno porte aquele que trabalha com até 20 toneladas por dia, então 20 toneladas por dia, nos estamos
208 falando dum município ai de no máximo 20 mil habitantes, isto é um aterro de pequeno porte, então possibilita aos pequenos
209 municípios isoladamente ou em conjunto até 20 toneladas, simplificado o licenciamento para esse tipo de empreendimento, o que
210 aconteceu no país, o Ministério do Meio Ambiente, criou essa resolução fomentou a criação dessa resolução 404 do CONAMA,
211 justamente pra poder tentar sair dos vazadouros porque muitas vezes quando é uma coisa muito pequena, acaba ficando na
212 historia dos vazadouros, distribuindo no chão, hoje no Rio Grande Do Sul, 497 municípios, 399 tem disposição ambientalmente
213 adequado, grande parte desses 399 municípios, transporta distancias superiores a 200 km, isso saiu do biônico também, 98
214 municípios ainda fazem a disposição final ou em locais que a gente pode considerar não ambientalmente adequados que são
215 aterros controlados ou coisas do gênero, a implementação dessa ação resultara, primeiro na redução do volume que a gente esta
216 mandando pros aterros, nos tivemos coleta seletiva, tivemos central de triagem, tivemos a central de compostagem, certamente o
217 volume de resíduos que nos vamos acabar encaminhando pros nossos aterros sanitários vai ser reduzido, dois geração de posses
218 de trabalho, tanto na triagem quanto na classificação, redução do custo de transporte da disposição final, geração de um volume
219 significativo de composto orgânico, possibilitando aplicações agrícolas e principalmente florestais e viabilização de projetos
220 compartilhados regionalmente, por isso que a gente esta tratando isso como um politica um programa voltado para fazer isso, não
221 simplesmente vamos fazer pra 3, 4 municípios, a ideia é que se tenha um politica pra isso, pessoal o que eu tinha para apresentar
222 era isso, me coloco a disposição para esclarecimentos." **Sr. Luiz Henrique Machado do Nascimento-ASSTEC/SEMA:** " Só um
223 esclarecimento, nós realizamos então 10 audiências no interior do Estado, foram mostradas ai e depois nos realizamos três
224 audiências aqui em Porto Alegre, para validar tudo aquilo que foi tirado ali, foi apontado nessas 10 audiências regionais e foram
225 audiências com um numero de mais de 200 pessoas uma delas realizadas no auditório da assembleia , outra lá no centro
226 administrativo, duas no centro administrativo, aonde a gente mostrou primeiro, a primeira versão do que nos sistematizamos pra
227 aquilo que foi apontado no interior do estado e na segunda e terceira reunião a aprovação pelas pessoas que ali estavam, pessoas
228 da prefeitura, catadores enfim todos bastante plural o publico que ali estava, só um esclarecimento." **Sr. Mario Saffer-Consultor**
229 **Contratado:** " Só complementando, além dessas oxidas regionais e dessas etapas de tramitação de cada uma das etapas do plano
230 que aconteceu, aqui em Porto Alegre que o Luis mencionou agora, durante todo o plano, nós efetuamos, junto com a SEMA,
231 capitaneado pela SEMA, reuniões que a gente chamou de reuniões setoriais, então nós tivemos reuniões com a FIERGS, tivemos
232 reuniões com a FAMURS, tivemos acho que dois ou três reuniões com a associação dos catadores, tivemos com a FECOMERCIO,
233 tivemos com a SINDIHOSPA, tivemos com SINDUSCON, fizemos então, em torno de 32 reuniões setoriais bem paralelas a todo
234 esse trabalho, todas as etapas que se trabalharam que é ao qual a gente chamou de mobilização social e a participação, o objetivo
235 principal, foi colher, um pouco mais de perto, junto a cada uma dos atores, a realidade de cada um dos setores e colher
236 contribuições e expectativas em relação ao plano, então essas expectativas vocês tem, acho que na folha três ou quatro já
237 resumindo o numero de contribuições e no total foram colhidas e validadas 318 contribuições dentro de todos esses eventos que
238 forem então incorporados e trazidos no plano, então ouve todo um processo, simplificou o máximo possível de se trazer realmente a
239 participação pra dentro do plano, para que o plano não saísse, aquele plano que sai da SEMA pra fora e sim que ele venha de fora
240 pra dentro." **Sr. Eduardo Osório Stumpf-FGCBH:** " É no documento que foi encaminhado, nos temos aquela estratégia primeira
241 monoparização de procedimento de licenciamento do empreendimento valido até na CONAMA 404, então o que eu estou
242 imaginando, aonde o CONSEMA poderia colaborar, talvez num trabalho entre a SEMA e a FEPAM, se a gente não teria condições
243 de discutir nas câmaras técnicas uma orientação, um procedimento uma devolução, que orientasse os municípios tanto em relação
244 ao licenciamento, digamos abrir mais tecnicamente as questões dos municípios licenciados e algumas outras coisas, por exemplo a
245 coleta seletiva é muito bom ser feita, mas não sei, provavelmente, talvez esteja na lei federal a obrigação do usuário do cidadão
246 bom mas dai não teria nada que regulasse, mas a minha proposta seria nesse sentido né de verificar a SEMA a FEPAM, a gente
247 não teria como fazer uma revolução, um orientativo pros municípios em relação ao licenciamento e certas praticas que eu acho que
248 esse seria o papel do CONSEMA nesse trabalho." **Sra. Maria Patrícia Mollmann-SEMA:** " Respondendo a tua pergunta, acho que
249 aquela minuta, que foi encaminhada mais ou menos era nessa linha, a assessoria técnica o pessoal que foi do plano de resíduos
250 eles tinham feito uma proposta, mas mesmo assim e que isso esta inserido nesse programa, então além do plano, esse programa

251 que foi encaminhado para vocês se o CONSEMA analisasse, a aprovação também desse programa dentro da política também acho
252 que poderia quitar, podia dar uma explicado no programa que é separado do plano o plano é o que foi construído a ideia e a gente
253 ver as ações da SEMA dentro desse programa que a gente esta trazendo pra vocês agora.” **Sr. Valtemir Goldmeia-SEMA:** “ A ideia
254 do programa, é no sentido de que ele seja efetivamente a incrementa cão do plano, no tocante primeiro ponto é no tocante aos
255 municípios, então a ideia do programa é exatamente essa, quanto a situação da orientação dos municípios, assim ó, todos os
256 municípios tem que fazer seu plano municipal de resíduos sólidos, pra fazer o plano municipal de resíduos sólidos a lei federal lá na
257 lei federal, 12305 no artigo 19, estabelece as primícias que tem que conter o plano principal de resíduos sólidos, assim como, na lei
258 do saneamento a 11.445, no artigo, por acaso é o mesmo artigo, no tocante aos municípios é também o artigo 19, estabelece o que
259 tem que ter o plano municipal de saneamento, claro que lá no saneamento, é os quatro, é agua, esgoto, drenagem e resíduos
260 sólidos e no tocante ao resíduo solido, urbano né, o plano municipal de saneamento que eu falo em resíduo é o resíduo solido e no
261 plano municipal de gerenciamento de resíduos que envolve todos aqueles resíduos que a gente falou ali, esse é regrado por outra
262 lei que é a 2.305 onde lá no artigo 19, estabelece o que o município tem que colocar no plano e ai, ali no plano, no desdobramento
263 do plano municipal ele vai ter que ter o plano de coleta seletiva ele vai ter que ter a sua estratégia no tocante a coleta vai ter que ter
264 sua estratégia no tocante a disposição final e ai se a estratégia do município é não ter um aterro mas ter uma central a central de
265 triagem necessariamente pra nos é isso que é novidade, nos queremos que a partir de uma resolução do CONSEMA os municípios,
266 fiquem cientificados que eles vão ter nesta estratégia, vão ter que adotar, vão ter que incluir a central de triagem, essa central de
267 triagem vai ter determinados parâmetros técnicos e necessariamente vai ter que ser coberta, as pessoas que vão trabalhar ali,
268 preferencialmente vão ser ligadas a uma associação de catadores, então o programa que a gente estruturou é esse, a gente
269 passou, acho que a patricia passou para todo mundo né, anteriormente né? Querem que eu leia? Mas assim ó, o programa
270 estabelece diretrizes para o período de 2015 á 2018, e aonde a SEMA, vai prestar apoio técnico, na elaboração e incrementarão
271 dos projetos a seguir, (inaudível), dos procedimentos de licenciamento e ai aquelas áreas que eu falei do transbordo da triagem, no
272 beneficiamento de resíduos da construção civil e a sua reutilização, centrais de compostagem e aterros de pequeno porte, apoio
273 técnico as administrações municipais da aprovação de leis municipais para gestão de resíduos sólidos, aquilo que eu já tinha
274 colocado na apresentação, agora esta no programa, apoiar tecnicamente, apoiar os técnicos municipais para doação de planos
275 municipais de gestão de resíduos, incentivar e orientar a implantação de serviço de coleta seletiva, triagem, classificação de
276 resíduos reciclável em todos os municípios do estado, incentivar a implantação de áreas de transbordo e triagem em todos os
277 municípios que necessitem para disposição final em aterros sanitários distantes da sua área urbana, apoiar tecnicamente a
278 constituição de consórcios públicos, regionais para a gestão de resíduos, apoiar tecnicamente a elaboração de projeto com a
279 incrementação de projetos de compostagem, apoiar a elaboração de projetos para a implantação de centrais de triagem e
280 beneficiamento de resíduos da construção civil, apoiar a incrementação de aterros sanitários de pequeno porte, a viabilização dos
281 processos de licenciamento para os empreendimentos citados passa pela tomada da decisão dos gestores em contratar técnicos
282 nas diversas especialidades, necessários para essas finalidades, a construção dessas equipes, poderá se dar por contratações de
283 cada município separadamente, ou por consórcios públicos existentes ou não ou que serão constituídas, as equipes técnicas, isto é
284 também uma novidade, no tocante aos resíduos, agora nessa resolução, nos estaremos criando, necessidades e obrigações para
285 os municípios, as equipes técnicas, prioritamente, aquelas em torno de 10 deverão, realizar ações de educação ambiental com a
286 população em geral, visando a separação adequada da sua origem, do resíduos orgânicos e dos passivos de reciclagem, a etapa
287 seguinte é a implantação de serviços de coleta seletiva, para os municípios com populações menores, poderão ser analisadas
288 alternativas de coleta com menor custo financeiro, dentre essas se pode avaliar a coleta de resíduos orgânicos e reciclados por um
289 único caminhão com execução de triagem e classificação de triagem e resíduos, na própria área de transbordo e triagem, o projeto
290 de compostagem orgânica destinada a transformar a fração orgânica do resíduo coletado em um produto possível de ser utilizado
291 nas praticas agrícolas, devem ter inicio em uma escala menos para desenvolver o conhecimento e domínio do processo, após a
292 formação de equipes técnicas municipais dos estado por meio do órgão responsável pelos processos de licenciamento, poderá
293 apoiar tecnicamente a capacitação e nivelamento de informação desses técnicos, os órgãos técnicos responsável pelo processo de
294 licenciamento, deverão cumprir o determinado pela lei complementar 140 que trata das as atribuições dos municípios após as
295 definições de critério de forte potencial polidor, próximo item, destinação final de resíduos em aterros licenciados aqui voltando só
296 um pouquinho Patricia, essa foto aqui pessoal, o verde é os municípios que estão ambientalmente adequados, que são
297 ambientalmente adequados, o amarelo são os aterros controlados e aquelas outras com a cor de terra, aqueles três ali, eram até o
298 ano passado, os três lixões que a gente tinha no estado e que agora desses três, dois pararam de fazer deposição final, então só
299 tem um, na verdade no estado do Rio Grande do Sul só tem um único município que ainda tem um lixão, isso aqui eu já tinha
300 apresentado, pra uns esta indo hoje pra razão também da gente esta criando, me deixa ver se tem mais alguma coisa, isto aqui
301 são, ó são dado importante, a população do Rio Grande do Sul, a disposição adequada, ela atinge aproximadamente 84% da
302 população do Rio Grande do Sul, sobrando 16%, que são aqueles 93 municípios, eles representam é 16%, não isso é dado do
303 plano estadual, foi diagnosticado pela consultoria contratada.” **Sr. Mario Saffer-Consultor Contratado:** “ Essa foi uma das etapas,
304 e uma das coisas que nós trabalhamos pesado nas 10 oficinas regionais, onde o diagnostico, são essas informações que vocês
305 estão vendo, eles foram passados pra validação dos municípios, tá, então não houve uma pesquisa porta a porta, município por
306 município, a maneira que se tentou, validar de uma maneira, vamos chamar assim perto da primaria foi através dessas dez, oficinas
307 regionais, dessas 10 oficinas regionais nos tivemos em torno de 200 municípios que participavam no total sobre os 497, fora isso,
308 nos trabalhamos, direto aqui junto com a FEPAM, né onde se analisou licença por licença e essa além do licenciamento dos
309 relatórios de cada uma regional da FEPAM que atualizou os dados que se tinham no banco de dados aqui da FEPAM, também um
310 dado secundário, mas fornecido pelas regionais da FEPAM e além disso trabalhou também junto com o tribunal de contas, que fez
311 um levantamento no ano retrasado, teve um questionário que foi respondido por todos os municípios, então se tentou cruzar e se
312 trazer o mais próximo da realidade daquelas informações que tinham, que são informações dispersas, mas não foi feito visita
313 município por município. Um detalhe só desculpe, a respeito também dessa questão da validação e das audiências publicas que
314 foram feitas, sempre posteriormente a apresentação das oficinas e nas audiências de validação de cada uma das etapas do plano,
315 as informações, os documentos foram todos disponibilizados na internet, num portal que foi criado pro plano, na ocasião e ficou

316 aberto então, acho que num período de 20 a 30 dias, ficou disponível em cada uma dessas etapas as contribuições e a internet
317 foram recebidas também bastante informações, então isso foi orientando um pouco também, o diagnóstico e a questão das
318 demandas.” **Sra. Marion Luiza Heinrich-FAMURS:** “ Eu fiquei na dúvida, a ideia é aprovar esse, Valtemir, a ideia é aprovar esse
319 programa através de um resolução, mas não hoje né? É isso ou hoje? Porque assim ó, eu me preocupo um pouco, acho super
320 importante esse programa ser realizado, no tocante a capacitação dos municípios, no tocante a questão das usinas de triagem e
321 compostagem, mas isso também depende de recursos a serem disponibilizados pros municípios pra implantação dessas usinas e
322 da coleta seletiva também, a gente sabe que é uma exigência do plano e eu acompanho sempre a dificuldade dos municípios,
323 então assim, eu gostaria que se esse programa não fosse aprovado hoje, porque a gente esta tendo conhecimento dele agora, eu
324 gostaria de poder analisa-lo melhor, se fosse possível, e uma pergunta, na questão do plano eu vi que tu apresentou ali, falou da
325 construção de aterro, de pequenos aterros, eu já vi mais de uma vez o tribunal de contas da união falar da inviabilidade de se
326 construir pequenos aterros, tu conhece essa matéria muito melhor do que eu, é mais a tua área de engenharia, então eu gostaria
327 que fosse considerado a hipótese de trabalharmos mais na questão consorciada mesmo do que nessa questão de pequenos
328 aterros.” **Sra. Sandra Berto-SERGS:** “ Só pra complementar isso que a Marion esta falando, em relação ao que esta sendo
329 apresentado no programa pra ser aprovado ou não, a questão é que alguns municípios já tem seus próprios planos de
330 gerenciamento de resíduos sólidos e ai tem que ver como isso vai impactar e de outra forma mesmo os que já tem coleta seletiva e
331 já tem destinação, está sendo previsto nesse programa, esta sendo proposto que isso seja incrementado no período de 2015 á
332 2018 e na questão de licenciamento de pequenos aterros se for o caso ou de compostagem, estocagem de rejeito, que é o que
333 mais impacta o custo da destinação de resíduos sólidos porque é o que mais pesa na verdade, quem licenciaria isso e quanto
334 tempo demoraria esse licenciamento se isso for um licenciamento local tem um prazo período, se for de licenciamento de âmbito
335 estadual como isso vai impactar na incrementação do cumprimento do programa.” **Sr. Valtemir Goldmeia-SEMA:** “Agradeço as
336 duas perguntas, Marion e a colega da Secretaria, mas assim ó, primeiro Marion, tudo o que nós estamos falando aqui nesse
337 programa já esta previsto na lei desde 2010, não é nada novo é algo que a gente já devia ter feito a ideia de ter o programa é no
338 sentido de isso ser mecanismo de incentivo para que a gente consiga é chegar num resultado de aqui há dois anos no âmbito do
339 Rio Grande do Sul, aqueles 99 municípios que a gente esta dizendo hoje que ainda tem disposição ambiental não adequada
340 que a gente consiga zera isso, então por isso que a gente esta, por outro lado eu vou fazer um apelo aqui que a gente votasse isso
341 hoje por quê? Porque senão não vai dar tempo pra gente conseguir fazer o resto dos tramites em relação a casa civil em relação ao
342 decreto que o Governador vai ter que assinar depois, então isto é uma coisa, segunda coisa que eu também queria colocar que
343 concomitantemente com esse programa a secretária a gente aprovou um plano de qualificação de gestão ambiental municipal,
344 aonde a gente vai, juntando a FEPAM os municípios o DRH e o DEBIO, Departamento de Biodiversidade fazer capacitação aos
345 gestores municipais, e o primeiro encontro disso só para esse ano nós já temos previsto oito encontros, o um vai ser no dia 11, 12
346 de Agosto em Alegrete, então se a gente conseguir aprovar esse programa hoje a gente já gostaria de ir lá nesse primeiro encontro
347 e trabalhar nisso também com os municípios, então em relação a aprovação de hoje, a ideia é que a gente aprovasse as duas
348 coisas, aprovasse o plano estadual de resíduos e aprovasse esse programa que é uma continuação do plano, só pra vocês, só pra
349 encerrar, nós temos aqui duas estratégias pro nosso plano, a estratégia da municipalização dos procedimentos do licenciamento
350 ambiental, quanto a pergunta da colega da Sociedade de Engenharia, quanto ao licenciamento ambiental, de uma forma bem
351 objetiva, vai ficar com a FEPAM o que, o licenciamento ambiental do aterro de grande porte, os outros procedimentos, vão ser feitos
352 em âmbito local ou seja esclarecendo, com a FEPAM, vai ficar o licenciamento ambiental do aterro sanitário de grande porte, não
353 teve pessoal é só um esclarecimento, em alguns municípios pequenos que tem aterros e que hoje o licenciamento é na FEPAM, o
354 que acontece com a FEPAM hoje, ela tem que as vezes que ir 300, 400 km para fazer uma vistoria de um aterro que recebe dois
355 toneladas por dia, cinco toneladas por dia, então eu acho que é muito caro pro Rio Grande do Sul, um técnico dois vezes por ano
356 fazer isso, enquanto isso poderia ser feito dentro do local até porque nos temos hoje um acompanhamento do Tribunal de Contas
357 sobre isso e também temos o acompanhamento do Ministério Publico, então as duas estratégias, uma do licenciamento e a
358 estratégia dois nesse nosso programa é orientar e incentivar a administração e seu corpo técnico na elaboração de projetos visando
359 a implantação de empreendimentos acima citados seguindo os padrões e as normas técnicas tanto da SEMA quanto da FEPAM e
360 claro realização de capacitação.” **Sr. Rafael José Altenhofen-UPAN:** “ Esta questão de licenciamento municipal no meu entender
361 passa pela 288, então a gente não tem como dizer sim ou não ao plano e outro aspecto, o maior dano não é o econômico que o
362 plano disse o maior é no ambiental futuro Intergeracional de uma decisão tomada na correria, então na verdade esse é um aspecto
363 que deve ser discutido com bem mais aprofundamento, porque os critérios de grande e pequeno impacto em posicionamento
364 inclusive, o Stumpf que vai concordar comigo, dos comitês de bacias hidrográficas porque a gente sabe que ao maiores impactos
365 da disposição intervinda de resíduos sólidos, é do corpo hídrico, a um entendimento assim como das questões das ATPS também,
366 que isso deva capacitar com uma visão, regeneralizada no âmbito da bacia hidrográfica, então jogar pro princípio assim e sem
367 discutir, eu sei que nós tínhamos a 288, (inaudível) que o momento para dizer sim ou não como se, não é a decisão formal.” **Sra.**
368 **Marion Luiza Heinrich-FAMURS:** “ Bom eu vou reiterar o meu pedido para que seja votado na próxima reunião pelo menos, esse
369 programa que foi apresentado agora, embora acho de fundamental importância que seja o programa estadual eu intendo que a
370 gente possa olhar ele primeiro com calma e pra, não sei verificar alguma outra possibilidade se for possível.” **Sra. Maria Patrícia**
371 **Mollmann-SEMA:** “ Eu acho que eu vou sugerir separar aqui Valtemir a questão do plano Estadual, e este programa que, o pessoal
372 quer mais um, voltar na próxima reunião eu acho razoável.” **Sr. Valtemir Goldmeia-SEMA:** “Eu só queria fazer um esclarecimento
373 Maria Patrícia, que quando a gente esta falando aqui aterro de pequeno porte, nós não inventamos aqui na SEMA e na FEPAM,
374 absolutamente nada, nos pegamos uma resolução do CONAMA e trouxemos para cá algo que já foi aprovado á vários anos pelo
375 Conselho Nacional do Meio Ambiente, então deixar bem claro assim, nós não estamos criando algo da nossa cabeça, não é nada
376 disso, nos estamos apenas tentando nos adequar e tentando viabilizar e mais, até e se ficar pra próxima reunião, a gente pode até
377 aprimorar o texto, mas provavelmente o que a gente tem de aterro de pequeno porte e se hoje eventualmente existe, talvez até
378 continue existindo, agora daqui pra frente a tendência é de não ter mais aterro de pequeno porte sem haver o consorciamento,
379 porque é uma questão de econômica, não só, então talvez a gente aprimore o texto ali, colocando que, o aterro de pequeno porte,
380 fica eventualmente sobre gestão do município aqueles que existem, usando um texto, mas a gente poderia deixar para a próxima

381 reunião, da minha parte não tem problema nenhum.” **Sra. Lisiane Becker**-Mira-Serra: “Agora eu me preocupei porque eu estou
382 achando, até então acompanhei, aqui na audiência pública também, eu achei que nos íamos estar aprovando o que esta aqui, pois
383 é, a ideia que me passou, é que eu ia aprovar o que foi feito, vai para a vistoria, mas se tem um programa em cima que
384 desconheça, deixo para a próxima reunião. **Sra. Maria Patrícia Mollmann**-SEMA: “Não, na pauta foi o plano e o programa, na
385 verdade isso que saiu agora é o programa, isso aqui é um programa que a Secretaria do Meio Ambiente vai devolver então, nesse
386 sentido, de acordo com o plano não é, enfim o que esta aqui pode lidar como apoiar, como fomentar não é na verdade nem uma
387 imposição é uma orientação de atuação da Secretaria do Meio Ambiente, essa é a ideia do programa, mas daí a gente acha que
388 faz, vamos fazer separado, plano Estadual de resíduos sólidos e o programa fica para a próxima reunião.” **Sra. Andrea Pinto**
389 **Loguercio**, representante Titular da Instituição Universitária Pública: “Eu só queria exatamente fazer esse esclarecimento, porque
390 eu acho que a gente acabou trazendo os assuntos misturados e isto esta criando uma confusão e talvez alguns dos conselheiros
391 que não acompanharam isso nas etapas anteriores, uma questão é o que esta nesse documento, que é o plano que já passou
392 dessa plenária e que eu entendi e peço explicação do Valtermir que a gente precisa fazer simplesmente um ato legal de fazer
393 constar em ata, isto é um ponto, segundo ponto é o programa que esta sendo apresentado, dentro da discussão do programa ouve
394 uma segunda confusão, que é a possibilidade de se fazer um havendo dentro de uma resolução que nos já votamos aqui que é a
395 288, pra criar a figura que é uma discussão à posterior, de haver licenciamento municipal de aterro de pequeno porte e ai vai dentro
396 do programa essa questão de licenciar dentro do município ela precisa fazer uma alteração na 288 e outra etapa ainda, os assuntos
397 começam a fazer um enrolamento que quem não esta acompanhando ao certo tempo, já esta se perdendo no que esta
398 acontecendo, ao final nos vamos mostrar o que esta acontecendo aqui, então eu acho que precisa ficar bem claro, que são três
399 coisas e três estágios bastante diferentes.” **Sra. Maria Patrícia Mollmann**-SEMA: “É não, e a ideia do programa com certeza
400 passa, dentro da proposta que a Secretaria da SEMA esta encaminhando pra câmara técnica são essas discussões do
401 licenciamento do municipal que esta inserido ai, tem que ser aprovada.” **Sr. Fernando Hartmann**-SERGS: “Bom foi muito bom
402 agora essas ultimas falas, porque esclareceu bem como é que vai ser, bom então avançando um pouquinho em cima do programa,
403 eu queria salientar uma coisa que prefiro pedir muita importância, que é a questão da educação, foi falado que não se trabalha com
404 resíduo que é um assunto presunso, é um assunto muito complexo, envolve toda a sociedade, nos seus mais altos e menores
405 níveis, a educação ela sempre tem que se fazer presente, eu acho que esse programa, apesar de que as escolas normalmente tem
406 eventos de educação da criançada etc. e tal, eu acho que isso é uma coisa que se não existir no programa bem caracterizada bem
407 definido com metas bem especificadas, qualquer gestão de recursos de resíduos ela não vai ter um final feliz, se a educação não
408 for priorizada, porque para se fazer uma compostagem se você não faz uma separação de resíduo na origem, nunca terás um
409 composto adequado, então isso vale para resíduo orgânico, resíduo sotoorgânico, resíduo é seco, qualquer resíduo, então eu acho
410 que dentro do programa a gente deveria gastar tempo, dinheiro e gente para que isso fosse bem materializado bem difundido
411 incansavelmente, porque é uma coisa que tem que passar de geração pra geração, ao longo de décadas, pra poder ter algum
412 resultado e se isso não existir, qualquer plano qualquer programa, não vai funcionar, porque se a população, não estiver inserida
413 nesse processo ele não vai funciona, segundo ponto, tem que mexer no bolso, como foi falado pelo Valtermir, infelizmente tem que
414 mexer no bolso, na educação e no bolso das pessoas, porque senão as pessoas não dão importância para aquilo que esta se
415 falando, terceiro ponto que eu acho importante á questão do transbordo, existe poucos ou quase nenhum transbordo no estado e
416 como aqui foi falado, qualquer aterro, por menor que seja ele tem um custo e não é só o custo financeiro, é o custo do
417 gerenciamento dele ou seja, você tem que ter local adequado, pessoas adequadas, equipamentos adequados e isso é 24 horas por
418 dia, 365 dias por ano, não é quando o gestor esta afirm ou não de fazer aquilo, por um motivo, eu acho que nós deveríamos no
419 programa dar uma pincelada ou estabelecer uma estratégia pra iniciativa privada, porque grande parte dos aterros ou dos
420 municípios que hoje atende a legislação é em função de que tens a iniciativa privada junto, então eu acho que o Governo ele
421 precisa da um apoio e incentivo, não estou dizendo que é incentivo financeiro eu estou dizendo que é um incentivo legal, da
422 iniciativa privada estar inserido dentro desse programa porque ela tenha interesse, certo? Evidentemente que tem seu interesse e
423 ela é muito ágil e às vezes os municípios não conseguem por diversos problemas, problema de território, problema politico etc., etc.,
424 obrigado.” **Sra. Maria Patrícia Mollmann**-SEMA: “Mais uma prescrição? Então eu vou separar essas duas questões, a gente
425 coloca em apreciação o plano, fazer referencia ao disponível no site, na verdade fazer uma resolução que aprovará o plano
426 disponível em tal, que é esse documento que vocês receberam e a recomendação do programa, eu não sei se poderia deixar pra
427 próxima, e poderia te encaminhar contribuições, quem sabe fazemos assim, tem várias contribuições boas, encaminhe pro
428 CONSEMA, 15 dias pode ser ok, então em relação ao plano eu vou colocar em votação e a outra encaminhamento então.” **Sra.**
429 **Marion Luiza Heinrich**-FAMURS: “Uma coisa que me chama atenção, eu acompanhei uma audiência pública da elaboração dos
430 planos, conversei com o pessoal da consultoria que fez os regionais e tudo mais, nas metas que tinha um prazo, que já esta quase
431 vencendo porque eles tiveram um prazo, de acordo com os prazos estabelecidos no plano nacional, isto foi mudado, vai ficar dessa
432 forma, e depois vai ser reavaliada a revisão do plano, e também essa questão eu acharia importante à observação da Sandra, na
433 questão da programação que a gente vai ter prazo pra se manifestar, como é que a gente vai fazer essa relação, com os planos
434 municipais que também tem suas metas para atingir (inaudível) seletiva.” **Sr. Valtermir Goldmeia**-SEMA: “Se a tua duvida é em
435 relação aos prazos estabelecidos no plano nacional, o plano nacional esta dormindo em berços esplendidos esperando a
436 presidenta assinar o decreto, quando for assinado os prazos estabelecidos lá terão que ser modificados e ai a gente vai ter que
437 modificar o nosso também, porque o nosso segue essa normativa, então tem algumas metas ali de, claro que o Rio Grande do Sul,
438 algumas daquelas metas pra nos não interfere, porque o Rio Grande do Sul, os outros estados tem metas, reduzir 20% de lixões,
439 reduzi 40, reduzi 80% concumulativamente, como nos já estamos ai com praticamente só três municípios teoricamente é em
440 relação a essa história de metas a gente estaria enquadrado mesmo que mudem lá, mas tem algumas coisas, que a gente não
441 sabe como vai ficar, a logística reversa é uma delas, a logística reversa só tem dois acordos assinados que é o acordo de, na
442 verdade desculpe três, é o acordo de lâmpadas de óleo lubrificante e o de agrotóxicos e o de pneus, só que o de pneus ainda esta
443 numa fase que está dependendo, e o de lâmpadas esta dependendo da indústria se acertar lá no Ministério do Meio Ambiente
444 apresentar uma proposta de uma empresa gestora, então isto não é também pra já, ainda vai demorar, já esta sancionado, então
445 em relação a isso, nos aqui no estado, a gente vai ter outra estratégia mas isso esse programa aqui fundamentalmente estaríamos

446 tratando com os municípios esse assunto vai envolver muito mais aos geradores, do que os municípios está Marion, então acho que
447 essas denequações vão ter que acontecer só que independente disso, nos não podemos ficar esperando a presidenta sancionar,
448 fazer o decreto lá pra gente aprovar o nosso plano, porque nós vamos ter problemas, aí já são problemas de outra ordem são
449 problemas de prestação de contas do convenio que a gente assinou com o Ministério do Meio Ambiente que tem a caixa econômica
450 como nossa gestora do recurso e aí tem o tribunal de contas nos cobrando numa outra ponta, infelizmente, algumas coisas vão ficar
451 pra depois a gente fazendo as equações não sei se o Mario quer complementar mas é mais ou menos isso.” **Sr. Mario Saffer-**
452 **Consultor Contratado:** “ É está correto o que tu estas colocando, mas qual é a situação, existem hoje com esses recursos então
453 que o Ministério do Meio Ambiente disponibilizou pros estados, 19 planos em execução, desses 19, 3 foram concluídos aos quais
454 do nosso estado e a orientação que se teve oficial do Ministério é que nos deveríamos seguir aquilo que estava no plano nacional
455 de resíduos e infelizmente é isso que foi feito, o que se tem também de informação e aí se tu quiseres-me auxiliar é que já esta
456 previsto já esta sendo discutido na câmara da politica nacional de resíduos sólidos é isso né fera? Da logística reversa já esta
457 sendo discutida também uma revisão das metas do plano que seria feito para o plano nacional, o nosso plano tomou um pequeno
458 cuidado de que esta ali acreditado que as nossas metas serão revisadas assim que forem revisadas as metas nacionais, foi o
459 melhor que a gente conseguiu fazer, mas a orientação oficial do Ministério é a utilização dessas metas, porque senão inclusive ele
460 não valida nenhum dos planos, é uma questão formal.” **Sra. Maria Patrícia Mollmann-SEMA:** “ Ok vamos votar então só o plano
461 Estadual, a ensaiar uma resolução do CONSEMA aprovando o plano, quem é favorável? Vamos-nos fazer por contraste,
462 contrários? Abstenções? Então aprovado por unanimidade e aí ficou então o prazo até 31/07 pra contribuições vocês podem
463 encaminhar em tom habitado já, para a Secretaria Executiva do CONSEMA que a gente repassa e fica pautado para a próxima
464 reunião o programa com as sugestões enfim a gente traz novamente a discussão, quem que mande novamente? Ele foi, mas a
465 gente pode reencaminhar, vai um e-mail, mandando de lembrete do prazo e da, quando for a síntese, a gente reencaminha só o
466 programa daí. Próximo item de pauta é o julgamento de recursos administrativos, nove processos foi encaminhado relatórios pra
467 vocês eu vou lê-los aqui eu pergunto se vocês querem algum detalhamento maior dele, eu vou abrir a resolução, a gente tem aqui a
468 minuta de resolução foi encaminhada e aí o julgamento dos recursos administrativos, processo nº 13509-0567/01-2 Semeato S/A
469 Indústria e Comércio pela inadmissibilidade do recurso, conforme parecer de folhas 225/228, o processo administrativo nº 15507-
470 0567/00-3, Município de Ivorá: esse foi um que havia tirado de pauta para melhorar a redação, pela parcial procedência do recurso,
471 mediante apresentação de projeto técnico a fim de conceder ao final desconto de 90% na multa principal aplicada mediante
472 assinatura de TCA, conforme parecer de folhas 106/107, processo administrativo nº 9695-0567/03-0, Agip Distribuidora S/A: pela
473 inadmissibilidade do recurso conforme parecer de folhas 230/233, processo administrativo nº 1676-0567/07-3 BMZ Couros LTDA:
474 pela inadmissibilidade do recurso conforme parecer de folhas 210/212, processo administrativo nº 11299-0567/07-9 Luis Carlos Kist:
475 pela inadmissibilidade do recurso, conforme parecer de folhas 230/233, processo administrativo nº 987-0567/06-7, Avícola Carrer
476 LTDA; pela parcial admissibilidade do recurso e nos dois pontos em que conhecido pelo improvimento do recurso, conforme parecer
477 de folhas 285/286, processo administrativo nº 9966-0567/07-4, Petrobras Distribuidora S/A: pela intempestividade do recurso,
478 conforme parecer de folhas 158/159, processo administrativo nº 16194-0567/03-0, Safra Diesel LTDA: pela prescrição intercorrente,
479 conforme parecer de folhas 173/175, e o ultimo processo administrativo nº 11524-0567/06-9, Finileather Couros e Acabamentos:
480 pela prescrição intercorrente, conforme parecer de folhas 128/130, são estes os que foram julgados pela câmara técnica de
481 Recursos Administrativos, pergunto se algum dos conselheiros quer algum esclarecimento em relação á algo especifico? Ok posso
482 colocar em votação então, pela aprovação das conclusões da câmara técnica da minuta de resolução, quem é favorável?
483 Contrários? Sem abstenções, também por unanimidade, ficou dois processos abertos, até na próxima minuta, vocês vão ver, a
484 gente sugeriu que a câmara pudesse reunir mais uma vez embora ela agora vá ser absorvida pela de jurídicos, mas que se
485 deixasse, os outros processos já estão distribuídos e aí a gente zera os recursos do CONSEMA, não tem mais nenhum, pelo menos
486 só os que chegarem, então ok, próximo.” **Sra. Lisiane Becker-Mira-Serra:** “ Queria agradecer, que foi acatado o pedido, de enviar
487 os pareceres, ficou bem mais simples e pedir que no ultimo arquivo ficou bem complicado pra eu abrir, foi pastas no e-mail e
488 aparece um ao lado do outro, todos foram em PDF (inaudível).” (conversas paralelas). **Sra. Maria Patrícia Mollmann-SEMA:** “ O
489 ultimo item de pauta é a minuta da resolução das câmaras técnicas, o que tinha ficado aqui para a gente escrever, não sei se todos
490 conferiram a composição e o que a gente ficou a redação, que na verdade eu vou ler porque, o que se aprovou na ultima reunião,
491 fiquei de trazer o texto, depois de repente isso aqui até pode ficar, pois não.” **Sr. Fernando Hartmann-SERGS:** “ Eu quando recebi
492 o e-mail, vieram dois arquivos, então eu só queria saber o seguinte, qual é o arquivo que nós vamos ver agora, é o que vocês
493 mandaram, o que a Secretaria nos mandou, onde aparece em vermelho etc. e tal ou o qual?.” **Sra. Maria Patrícia Mollmann-**
494 **SEMA:** “ O que a gente encaminhou, uma a minuta base que a gente apresentou na outra reunião e a de agora que a gente
495 mandou e o que se tratou na outra reunião e a proposta do que vai ser analisada nesta, é a minuta base que a gente analisou na
496 outra e essa aqui é a final, essa é a final, que se aprovada se não tiver nenhuma alteração, a gente meche aqui e já encaminha
497 para a publicação, não sei se vocês querem dar uma olhada aqui na composição? Não? Sim.” **Sr. Fernando Hartmann-SERGS:** “
498 Eu fiz justamente essa pergunta, porque na versão em vermelho, a câmara técnica Permanente de Biodiversidade, consta a
499 Sociedade de Engenharia, na outra não consta, é por isso que eu perguntei inicialmente.” **Sra. Maria Patrícia Mollmann-SEMA:** “
500 Já colocamos aqui, esta no ofício né? Então foi erro da Secretaria Executiva, que esta se penalizando aqui, é o três, e aí na
501 verdade, então vamos passar para as dissoluções, bom, na alteração da composição, depois eu digo o primeiro que fala da
502 composição de cada uma, as câmaras técnicas permanentes terão no máximo 15 entidades, porque o que aconteceu, na outra
503 reunião a exceção da câmara técnica de planejamento que contara com o máximo 18 entidades que indicarão a Secretaria
504 Executiva um representante titular e um representante suplente podendo indicar ainda a qualquer tempo representante especifico
505 para as determinadas reuniões, eu não sei se vocês querem, artigo por artigo eu leio tudo depois só destaca, vamos fazer assim;
506 paragrafo 1º, as convocações das reuniões das câmaras técnicas serão feitas por solicitação do seu presidente pela Secretaria
507 Executiva do CONSEMA, preferencialmente por e-mail ao representante titular e suplente indicados pela entidade para respectiva
508 câmara técnica, a ausência de representação da entidade por três reuniões consecutivas ordinárias ou extraordinárias ou cinco
509 alternadas no prazo de um ano, importara a exclusão automática da entidade da câmara técnica, devendo a Secretaria Executiva
510 encaminhar ao presidente do CONSEMA, a publicação de resolução ad referendum contemplando a redução da composição, a

511 exclusão ou substituição de entidade na composição da plenária do CONSEMA, importa em exclusão desta entidade, da
512 composição das câmaras técnicas, devendo também ser publicada a resolução ad referendum como no paragrafo anterior, a
513 inclusão de entidades nas câmaras técnicas, dependera de deliberação da plenária do CONSEMA , neste ponto ai, alguma
514 manifestação, na verdade ele era mais ou menos o que a gente decidiu na outra reunião.” **Sr. Rafael José Altenhofen**-UPAN: “
515 Essa questão do comparecimento das entidades já que é critério de exclusão, vir a convocação por e-mail, porque pode ocorrer
516 falhas nessa comunicação, então de repente perder um mecanismo de agendamento no calendário dai seria possível cobrar as
517 faltas justificadas ou não.” **Sra. Maria Patricia Mollmann**-SEMA: “ Por e-mail a Secretaria tem feito a confirmação por telefone e ai
518 na verdade são três.” **Sr. Ivo Lessa**-FARSUL: “ O que ele esta colocando é assim, a câmara técnica é que nem o CONSEMA, é na
519 segunda quinta- feira do mês, na primeira sexta-feira, isso que ele esta colocando é importante que se coloque, todas as câmaras
520 técnicas que todas elas tenham um lugar definido na primeira reunião da câmara técnica, qual é a ata, ver o dia da semana que ela
521 vai se reunir sempre, vai ser na primeira segunda, na ultima quinta, entendeu? É isso que ele esta colocando que ai já tem um
522 degramento um pouco maior na questão de agendamento, é isso, não excluir nada, não sei se mudaria aqui agora ou depois na
523 câmara técnica ampliaste, fazer um segmento mensal de reuniões.(conversas paralelas).” **Sr. Rafael Volquind**, representante
524 Suplente da FEPAM: “ No artigo 2º, fala que pode indicar a qualquer tempo representante especifico para determinadas reuniões,
525 uma coisa que eu já tinha conversado contigo Maria Patricia, não aqui, sem estar aqui presente, mas era referente a questão, é
526 uma falta de compromisso de uma entidade, de cada reunião mandar uma pessoa diferente, tinha que ter determinado, quem é
527 titular, quem é suplente e se a entidade, acha que precisa trazer um especialista, para determinada discussão troca também mas
528 não em substituição.” **Sra. Maria Patricia Mollmann**-SEMA: “Posso botar como destaque isso ai, embora eu acredite que aqui, a
529 pessoa que é especialista venha com ressentidade, ela pode falar pela entidade, mais uma pessoa.” **Sra. Andrea Pinto Loguercio**,
530 representante Titular da Instituição Universitária Pública: “ Eu queria também fazer duas sugestões, em relação ao calendário de
531 reuniões eu acho que a gente tem um bom exemplo do calendário que funciona no COMAM do Conselho Municipal, onde a gente
532 tem o calendário fixo nas câmaras técnicas, elas são obrigadas a se reunir naquela periodicidade, não existe um calendário que pode
533 ser decidido a cada legislatura e pode ser decidido dentro da câmara, mas para quem é de fora da Secretaria de outras entidades,
534 para quem participa as vezes mais de um Conselho, ter isso mais ou menos estabelecido, é importante para que a gente inclusive
535 consiga balizar em que câmaras cada um tem capacidade ou cada entidade consegue participar, as entidades muitas vezes tem o
536 mesmo representante em vários Conselhos e vários fóruns, então tem que se organizar, em relação a questão que o Rafael
537 apontou, isso é bem importante por que a gente vê em alguns Conselhos, exatamente acontecer isso, a pode ser fulano, beltrano
538 ou qualquer um que venha e muitas vezes nas câmaras técnicas se precisa ter certa seriedade de tomar decisões e ai nessa
539 reunião vim eu e na outra a Elza na outra reunião, e ai, á nos não podemos decidir porque ela não me passou quem veio não fui eu,
540 ter essa questão as vezes de dizer, bom quem vota pela entidade é fulano e beltrano na câmara técnica, independente do
541 regimento, independente de ter mais de uma pessoa que venha pela entidade que apresente que levante suas questões técnicas,
542 porque senão se perde a continuidade do debate dentro das câmaras técnicas, quem tem participado desse conselho de outros
543 conselhos sabe o quanto que é difícil as vezes a gente obter quórum, chegar a decisões, chegar a soluções, a concretude daquilo
544 que a gente se propõe e que fica, não fui eu foi o outro, 2,3 anos andando e não chega a uma decisão final.” **Srs. Marco Aurélio**
545 **Azevedo**-FZB: “ Tentando contribuir com essa questão do problema dos e-mails, das convocações feitas antecipadamente, e
546 considerando que as reuniões extraordinárias também exclui a representação em pauta as extraordinárias também exclui, se for
547 possível publicar a convocação, assim como ela é enviada por e-mail, se for possível publicar ela no site da SEMA, na pagina do
548 CONSEMA, acho que já, se a pessoa poder acompanhar essa convocação pelo site talvez diminua esse problema, caso o e-mail
549 não chegue a pessoa pode consultar online essas convocações, e um outro porem que eu acho ate meio fora de hora, mas como a
550 gente, hoje é a nossa primeira reunião, representando a FZB aqui no CONSEMA, primeira convocação que a gente recebe, a gente
551 esta um pouco por fora desses encaminhamentos que estão ativos na reestruturação das câmaras técnicas e as representações,
552 inclusive a gente não recebeu esse documento, eu ate acho que ouvi alguns colegas comentando que isso foi enviado em
553 convocações anteriores, então a gente não esta a par dessas proposições e me preocupa um pouco até as câmaras técnicas que a
554 Fundação Zoobotânica estaria representado ou poderia estar representado, então eu não sei se a intenção é votar isso hoje, ou
555 aprovar isso hoje.” **Sra. Maria Patricia Mollmann**-SEMA: “ Não assim, o que que eu ia colocar aqui, duas coisas, a questão eu ate
556 já tinha pensando, a questão da convocação se poderia copiar essa convocação dos representantes das câmaras técnicas aos
557 conselheiros enfim, porque isso com o e-mail não custa nada não sei se a plenária gostaria de ter esse acompanhamento, é
558 exatamente vai encher a caixa de vocês, seria uma das sugestões talvez para a entidade acompanhar enfim, aqui fica a sugestão
559 da questão do calendário das reuniões ordinárias, eu não sei se contempla de alguma forma, então eu posso colocar em destaque
560 ali pra votação e vou colocar em destaque a questão do Rafael, é que as câmaras técnicas estabeleceram na primeira reunião um
561 anual calendário das reuniões ordinárias que daí todo mundo fica, é que as extraordinárias fica muito dependendo da questão, que
562 for dado, mais alguma observação aqui no texto?.” **Sr. Fernando Hartmann**-SERGS: “ Eu só queria colocar o seguinte, eu acho
563 que como esta redigido a ti, o artigo, eu acho que esta perfeito, o que nos colocamos aqui na nossa outra discussão que gerou essa
564 minuta, foi que as entidades e seus conselheiros, eles tem que ter responsabilidade naquilo que eles estão assumindo, ou seja, a
565 entidade tem a responsabilidade de cobrar do conselheiro que ele venha nas reuniões, ou seu suplente, quando os dois não
566 puderem, pode ser indicado outro e todas as câmaras técnicas que eu participei até agora, na sua primeira reunião, estabelece sua
567 calendaria até porque, tem que ser estabelecido na hora, porque precisa de espaço, secretaria entendeu? Eu acho que não é
568 necessário colocar uma resolução no CONSEMA se a câmara técnica tenha que estabelecer seu calendário, eu acho que isso nos
569 estamos chovendo molhado, isso é obvio é uma coisa de bom senso, eu acho que como esta regido pra mim, esta perfeito.” **Sra.**
570 **Sandra Berto**-SERGS: “ Só pra complementar, na questão do artigo 2º, aonde fala podendo ditar outro, ainda qualquer tempo o
571 representante especifico pra determinadas reuniões, neste caso a gente esta falando de representante que faça parte da entidade,
572 porque eu vi a senhora falando em especialistas, não é chamar alguém da área competente e indicar para participar da reunião,
573 representante é que seja membro da entidade só para deixar bem claro.” **Sra. Marion Luiza Heinrich**-FAMURS: “ Essa questão
574 que o Rafael levantou de poder incentivar cada vez que mande um representante, eu acho que se tirasse a expressão não vai
575 mudar muito porque acontece se precisar, se um dia eu posso, sempre quando eu mandei uma pessoa que não fosse eu, ou minha

576 suplente veio um documento da entidade assinada, que para aquela reunião vai ser representada a entidade por tal pessoa, então
577 isso aconteceu comigo já, eu acho que acontece com outras entidades, então eu não vejo problema em tirar também se for o caso.”
578 **Sra. Maria Patrícia Mollmann-SEMA:** “ Não, não dá para tirar(inaudível) se a pratica é fazer isso nós vamos contemplar, ou pelo
579 menos discutir aqui, pra depois não gerar duvida, pode, só que a gente pode, depois realocar no regimento interno, mas como o
580 regimento interno vai sair depois, a gente acabou tendo que contaminar, essa resolução que saiu, a gente pode ate revisar depois,
581 mais alguma inscrição?”. **Srs. Marco Aurélio Azevedo-FZB:** “ Não eu só queria colocar que essa possibilidade, volúvel assim de o
582 representante poder ser trocado, ela deixa a representação um pouco suscetível, em determinadas situações, a instituição pode
583 nomear alguém que represente o interesse que não é do representante titular essa representação pode ser suscetível dependendo
584 da situação, eu só queria levantar esse problema, porque as vezes pode ser indicado um outro nome, não porque o titular não veio,
585 não pode vir, mas porque, por outro tipo de coisa que as vezes pode acontecer, e eu acho que tem prevê, alguma coisa nesse
586 sentido na redação.” **Sr. Ivo Lessa-FARSUL:** “ A gente esta fazendo tempestade em um copo d’água, estamos falando de câmara
587 técnica ou daqui a pouco nós vamos tratar de assuntos técnicos e nós estamos botando no CONSEMA, eu acho que se a minha
588 entidade quer trazer um técnico que (inaudível), pode trazer, não vai votar, não vai defender, estamos fazendo tempestade em
589 copo d’água, a questão é o CONSEMA,(inaudível).” **Sr. Rafael José Altenhofen-UPAN:** “ É na verdade a questão palavra
590 contaminação aqui nós estamos definindo regras gerais que deveram ser seguidas por todas as câmaras técnicas cada qual enfim
591 sob regimento interno de dois, (conversas paralelas) está ok, mas a questão do atual (inaudível) vamos lembrar a alguns anos
592 atrás, onde foi discutida a questão do zoneamento econômico ecológico do estado, aonde tivemos técnicos aqui que no momento
593 da entrada foram destituídos pelo prefeito superior da respectiva Secretaria, então na verdade eu acho que a discussão ela não é
594 por qualquer motivo, existe sim uma preocupação por trás, por parte dos técnicos e determinados órgãos, então é importante nós
595 não nos esquecermos disso, apenas pra isso.” **Sra. Sandra Berto-SERGS:** “ Eu só preciso deixar registrado aqui, porque eu acho
596 que tem bastante membro representando entidade, membro nomeado, talvez não conheça ainda a proposição e a entidade desse
597 Conselho, mas esse Conselho é composto por entidades e as pessoas que representam aqui, elas votam pela entidade, na verdade
598 não é um voto pessoal, não adianta a pessoa não acompanhar a reunião e não poder mandar outra pessoa, porque é a entidade
599 que tem que votar, então as pessoas tem que se reunir nas suas entidade, tem que trocar opiniões, tem que formar progressões pra
600 que sejam defendidas tecnicamente dentro desse conselho, não, pode ter titular e suplente sim, a pessoa indicada a ser
601 representante naquela câmara técnica e ter poder de voto, no impedimento um ofício da entidade nomeando outra pessoa que vai
602 ter as informações necessárias pra proceder a um voto ali, ela estaria representando a entidade normalmente, então eu só queria
603 deixar claro, pra algumas pessoas que eu acho que não estão entendendo o espirito da coisa.” **Sra. Maria Patrícia Mollmann-**
604 **SEMA:** “ Mais alguma inscrição? Eu vou encaminhar para a votação aqui enfim, se a gente deixa, porque a propria entidade ela
605 pode trocar a qualquer tempo o seu representante na câmara técnica, ela pode dizer, a partir de hoje é o fulano, depois é o ciclano,
606 o representante que sempre seja convocado seja o mesmo e quando a entidade na impossibilidade de comparecer aqueles dois
607 que possam indicar um terceiro que seja mais qualificado, acho que não tem menor, mas a gente não quer que ninguém falte a
608 gente quer que venha, eu vou encaminhar assim, a proposta, com relação ao texto base, eu vou fazer dois destaques, a gente pode
609 votar entre artigo segundo o base e depois a gente faz o, vê se mantém ou exclui essa possibilidade e se o paragrafo ali se inclui ou
610 não, vou encaminhar aqui a votação pelo texto base, depois a gente faz os dois destaques, podemos aprovar aqui o artigo 2º ?
611 Quem é favorável? Depois eu faço os dois destaques, quem é contrario ao texto base? Abstenções? Não, agora eu vou colocar os
612 dois destaques, em relação ao artigo 2º, quem é favorável a manter a possibilidade de indicar, manter essa linha, poder indicar em
613 qualquer tempo um representante especifico, quem é favorável por manter essa resolução? Quantas contaram? nove votos, quem é
614 pela exclusão desta possibilidade? A, tu não entendeu?(conversas paralelas), proposta um então, eu vou contar de novo, quem é
615 favorável por manter essa possibilidade de indicação especifica, quem é favorável por manter o texto em amarelo ali, 14 favoráveis,
616 quem é favorável a excluir essa possibilidade? 2, 3 ou ao contrário, então ficou 14, abstenções, duas, três abstenções e com
617 relação à inclusão do paragrafo tratando ali do calendário, enfim lembrando a regra de estabelecer o calendário das reuniões
618 ordinárias, quem é favorável? Agora outro destaque a desculpe eu vou ler, se sugeriu a exclusão de um paragrafo em função aqui
619 da observação da Sociedade de Engenharia, as câmaras técnicas estabeleceram na primeira reunião anual, o calendário das
620 reuniões ordinárias, então aqui na verdade es contraria a essa proposta e o pessoal, Manoel da UPAN que, Rafael desculpe.” **Sr.**
621 **Fernando Hartmann-SERGS:** “É desculpa Secretária, só pra deixar bem clara, eu sou favorável á não consta na resolução esta
622 indicação, é um obrigação da câmara fazer isso, mas do regimento etc., mas não dessa resolução.” **Sra. Lisiane Becker-Mira-**
623 **Serra:** “ Eu estou pensando que de repente, podemos colocar esse artigo ai para o regimento interno.” **Sra. Maria Patrícia**
624 **Mollmann-SEMA:** “ É o regimento interno a gente não pode incentivar, ai seria excluir aqui, então eu vou fazer a mesma votação,
625 quem pensa em manter, aqui nessa resolução, não que seja contrário a ideia mas que quer manter a redação aqui, não na verdade
626 a primeira é manter aqui a segunda é excluir daqui, não tem como garantir que a gente vai botar no regimento interno, a gente
627 pensa em botar, mas não tem como garantir aqui, então só se a gente fizer um acordo e eu tiro esse item, tu que fizeste a proposta
628 tu retira a proposta do paragrafo a gente faz o encaminhamento que o grupo enfim analisa essa parte, pode ser? Não é que não
629 tem certeza de que vai ser aprovado, o indicativo tem, se puder tirar essa proposta a gente deleta daqui, gente vai ficar mais fácil
630 votar, retira a tua proposta? Alguém quer manter ainda essa proposta, erga o crachá, tá, então fica excluída essa proposta, pessoal
631 do Grupo Regimento Interno que vai tratar, então ficou aprovada sem o paragrafo.” **Sr. Eduardo Osório Stumpf-FGCBH:** “
632 Secretária aquela primeira lá que foi mantida, aquela que linha amarelo, isso vai criar um problema pra discussão que esta sendo
633 feita no regimento interno, porque no momento que a gente aprova essa resolução, cristaliza essa posição, e ai o regimento interno
634 onde nos estávamos discutindo, uma possibilidade até de talvez ter dois suplentes nas câmaras técnicas, até foi SINDIAGUA que
635 fez essa proposta, SINDIAGUA, tem seus dois representantes, os mesmos dois estão na mesma reunião, então a gente aumentou
636 a possibilidade de ter mais um suplente, então esse representante que esta se dizendo ai seria, poderia talvez ser um segundo
637 suplente, no momento que a gente colocar esse texto ai, vai cristalizar a síntese, não teria que mexer nessa resolução.” **Sra. Maria**
638 **Patrícia Mollmann-SEMA:** “ A gente meche nessa resolução, é que infelizmente a gente fez toda essa citação acho que mereceria
639 estar dentro do Regimento Interno, não aqui, então talvez depois quando a gente fizer no Regimento Interno, nós vamos ter que
640 mexer em varias outras, pode –se renovar essa aqui, não tem saída a gente traz aqui de novo a nova ideia, gente vamos votar.” **Sr.**

641 **Fernando Hartmann-SERGS:** “ é que o Eduardo, a votação é um voto só por entidade, então não importa que tenha 10 cara da
642 mesma entidade, a Sociedade de Engenharia é um a votar e ponto é da entidade, a entidade é responsável, ela é a responsável, se
643 a Sociedade de Engenharia mandar uma ameba, ela vai se responsabilizar por isso.” **Sr. Eduardo Osório Stumpf-FGCBH:** “ O dia
644 que nos estávamos dentro da discussão que parece até monótona, porque o que a gente esta querendo garantir, além da gente ter
645 diminuído de 13 pra oito câmaras técnicas, a gente esta tentando garantir que tenha quórum qualificado porque o histórico do
646 CONSEMA é posso dizer, a maioria das entidades não vão às reuniões das câmaras técnicas, não dão quórum, então o que leva a
647 tentativa que a gente esta fazendo é de que se tivesse uma coisa mais sedimentada, onde a entidade assuma responsabilidade de
648 comparecer as câmaras técnicas.” **Sra. Maria Patrícia Mollmann-SEMA:** “Vamos pedir então, votar o (inaudível) aqui, isso ai em
649 debate acho que não faz mal voltar ao regimento interno, aqui nas disposições transitórias, isso é na verdade uma sugestão aqui do
650 SEMA, não foi debatido na outra reunião, nos imaginávamos que a Câmara Técnica de Recursos Administrativos, que fez um bom
651 mutirão pra finalizar todos os processos, só que ela tem mais dois que a gente viu, então aqui que se deixe ela valida até dia 31,
652 que tem uma reunião que dia? Dia 27 tem uma reunião marcada, já tem processos distribuídos com dois membros e que vão ser
653 relatados nesse dia, então, Marion.” **Sra. Marion Luiza Heinrich-FAMURS:** “ Não tem nada a ver com distinguir o 3 grau do cursal,
654 só porque ficaram as câmaras técnicas.” **Sra. Maria Patrícia Mollmann-SEMA:** “Ele colocou aqui, vou ler para vocês, a Câmara
655 Técnica de Recursos Administrativos, será instinta a partir de 31/07/2015 podendo até tal data realizar reuniões de sua
656 competência, conta então eventuais processos administrativos pendentes, poderão retornar a Secretaria Executiva do CONSEMA,
657 para encaminhamento ao presidente da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, eventual retribuição, na verdade aqui é membros, é
658 só uma suposição transitória, pra gente contempla, alguma manifestação mais, alguma oposição mais a essa situação? Eu vou
659 botar em particular, podemos aprovar o artigo 3º, quem é favorável? Contrários? Abstenções? um abstenção, e o artigo 4º, nos
660 decidimos, na ultima reunião foi bem dividido ai a questão do limitar não limitar, e na contagem aqui das entidades que estavam no
661 Power point, ficou duas falhas, nos imitamos a 15, porque achávamos que contemplaria e como nos não criemos critérios para a
662 exclusão, a gente achava que o 15 contemplava, todos que tinham se manifestado e que isso ia sendo ajustado a medida da
663 participação dessa retirada, que quem não viesse iria ser excluído enfim, só que ficaram duas aqui, depois quando a Secretaria
664 Executiva foi fazer essa relação no final, duas que ouve 16 manifestações, então eu ia colocar essa regra também, depois nas
665 questões de (inaudível), a gente rediscute ideias ou se fica assim, enfim, ai isso ai vai ser, novamente, eu não sei se alguma
666 inscrição?” **Srs. Marco Aurélio Azevedo-FZB:** “ Eu quero voltar a questão que eu mencionei antes, dá vaga da fundação
667 Zoobotânica, estou aqui com o documento emprestado aqui do colega, já que nos não recebemos e estou vendo que a fundação
668 Zoobotânica, não tem representação nenhuma das câmaras técnicas, eu fui consultado informalmente antes de ser nomeado
669 representante, sobre interesse em participar de câmaras técnicas do CONSEMA e ditei pelo menos a câmara técnica de
670 Biodiversidade, como uma câmara de interesse, que a fundação deve ter interesse de participar, não sei se essa consulta chegou, a
671 mesa diretora do CONSEMA, a Secretaria do CONSEMA, mas chegando ou não, eu não posso concordar, que a principal
672 instituição publica do Estado em pesquisa com Biodiversidade, com gestão ambiental, com conservação do Meio Ambiente não
673 tenha acento pelo menos na câmara técnica de Biodiversidade, não sei qual foi o entendimento enfim quem fez essas proposições,
674 mas eu gostaria aqui de registrar, que eu acho que a fundação, merece estar representado, ter um acento aqui, outro detalhe é que
675 enfim, existiu uma alternância na representação que a fundação tinha aqui com outros órgãos da SEMA, isso era muito fraco na
676 representação da plenária geral do CONSEMA e eventualmente essa alternância era também extrapolada pelas câmaras técnicas,
677 eu não sei como é que fica essa questão de alternância, se esta previsto nessa proposição, como é que ficaria, são dois assuntos
678 que eu gostaria de tirar essa duvida e de saber a opinião de quem propôs o documento e enfim se a ideia é votar hoje da maneira
679 como esta, bom eu não posso concordar com a exclusão, com a ausência da FZB, pelo menos na câmara técnica de
680 Biodiversidade, que pelo o que eu estou contando aqui, tem 15 representantes, então haveria mais o décimo sexto.” **Sra. Franciane
681 Bayer Muller-Secretaria Executiva do CONSEMA:** “ Secretaria Executiva fazendo esclarecimento que foi enviado ofício 019 para
682 todas as entidades, dando prazo de 15 dias, para manifestações, no interesse de quais câmaras técnicas participaria, então essa
683 lista que foi feita, foi feita com base nas respostas que recebemos, então da fundação não chegou resposta.” **Sra. Maria Patrícia
684 Mollmann-SEMA:** “Não só um esclarecimento assim, isso aqui é só pra gente ter um porte também, porque senão a gente nunca
685 vai conseguir aprovar, depois eventuais inclusões, ficou previsto aqui, acho que fica, para um segundo momento, senão a gente
686 não encerra.” **Sr. Rafael Volquind-FEPAM:** “ Uma questão de ordem, o conselheiro ele é representante dos funcionários da
687 Fundação Zoobotânica da FEPAM e da SEMA, que decidem entre si alternadamente, cada vez é uma das entidades, em cada
688 período é uma das entidades, não é representando a Fundação Zoobotânica, mas o corpo funcional das três entidades isso esta
689 claro, em relação a demanda propriamente, uma vez que já temos hoje uma câmara técnica com 16 membros, duas, se abre a
690 exceção para as demais também, para a possibilidade de ingresso, já que foi a única instituição a única conselheiro que não se
691 manifestou pelos dados já relatados.” **Sr. Eduardo Osório Stumpf-FGCBH:** “ Eu também entendo que a Zoobotânica não tiveram
692 oportunidade, deu confusão e agora é que estão vendo e tendo em vista que isso não é um caso isolado, pela ultima reunião umas
693 quatro ou cinco entidades não entregaram a solicitação dentro do prazo, acabaram sendo aceitas, então eu entendo que também
694 tem que ser aceito a Zoobotânica nessa câmara de Biodiversidade e mais alguma que eventualmente eles tenham interesse e
695 assim como nós já temos, a gente mantém, digamos a proposta é que se mantenha um numero limite de 18 na câmara técnica de
696 política ambiental ou planejamento ambiental, e 15 nas demais, sendo aberta essas exceções, 16 para acomodar o pessoal da
697 Zoobotânica com a questão do direito, os funcionários da Fundação Zoobotânica, sim mais pelo rodizio, tem um rodizio e agora pelo
698 rodizio é a vez dos funcionários da Zoobotânica, eu sou favorável que eles entrem na câmara de Biodiversidade mais alguma que
699 eles entenderem também e que se coloque isso como exceção, mas eu como eu defendo, defendi, perdi e defendo a (inaudível)
700 estamos em tempos iguais então por isso estou defendendo por um bom trabalho que fique a apresentação de 18 e 15 mas que se
701 abra exceções para casos excepcionais, como esse do corpo técnico, não podemos imputar a participação deles no CONSEMA por
702 uma mera burocracia que nos mesmos estamos criando.” **Sra. Maria Patrícia Mollmann-SEMA:** “ É que acho que na verdade, eu
703 vou propor no regimento interno os critérios abertos, peço consideração que a Sandra um pouquinho de qualidade para as câmaras
704 técnicas é importante.” **Sr. Rafael Volquind-UPAN:** “ É justamente não participei dessa discussão né do Meio Ambiente, mas a
705 realidade, se um dia tiver a câmara técnica e justamente fazer a discussão técnica pra digerir e dar diretrizes de encaminhamento

706 para o CONSEMA, a gente pode estar perdendo diversidade, um outro aspecto que me preocupa é a questão no momento que nos
707 habituarmos os critérios de exclusão, as câmaras técnicas vão começar a reduzir seu numero, mas finalmente, eu não vejo me
708 preocupa um pouco, falando na questão(inaudível) quando a agente esta falando de órgãos do sistema estadual de Meio Ambiente
709 de gestão ambiental, ficaram alguns órgãos técnicos de fora, então eu entendo que alguns deveriam ser compulsores, ou seja
710 Fundação, Zoobotânica, FEPAM e alguns outros, deveriam fazer parte de todos das câmaras técnicas, independente de
711 manifestarem vontade ou não, até que tenha uma obrigação legal constitucional desses órgãos participarem da gestão ambiental,
712 então não é se um diretor não manifestou interesse no prazo, ele não esta zunindo a obrigação legal da insubstituição, então
713 deveria ser compulsórios.” **Sr. Fernando Hartmann-SERGS:** “ É rapidinho, a gente colocou essa excepcionalidade do 16, da
714 decisão da nossa reunião anterior, agora nós não podemos voltar atrás daquela decisão, e quando vamos votar agora essa
715 resolução, a gente criar então a possibilidade de não ter educação, ou ter pelo menos as 18 entidades, veja que nós estamos
716 discutindo uma coisas assim que é.” **Sra. Maria Patrícia Mollmann-SEMA:** “ Não, o que é a ideia aqui, obvio que tudo o que se faz
717 aqui é um aprendizado, a ideia é que essa composição depois reajuste, então seria uma regra transitória e ai a gente vai ver como
718 vai funcionar, se vamos conseguir quórum nas câmaras técnicas, eu acho que enfim, eu ate adotaria essa regra transitória aqui de,
719 nos estamos iniciando uma experiência nova, que com a exclusão seria razoável tem outros regimento interno que esta discutido
720 isso ai, pra gente criar uma, se criar limitação, criar critérios para essa limitação, eu mesma deixaria assim, hoje votaria essa
721 resolução, então é feito revisão aqui pela questão da excepcionalidade.” **Sr. Ivo Lessa-FARSUL:** “ Secretaria, meus colegas eu
722 também não concordo, na verdade nós discutimos isso bastante na ultima reunião do CONSEMA, então dizer hoje que tipo a gente
723 não tem conhecimento vem totalmente ao contra da proposta do que nós estamos fazendo dentro do CONSEMA, nos temos que
724 estar aqui dentro, se nos não estamos aqui dentro, daqui a pouco perdemos o ponto de vista, o cavalo passou encilhado e a coisa
725 ficou pra fora, então ou nós vamos tratar o CONSEMA com esse caráter, ou nos vamos continuar discutindo, 15, 20 e não vamos
726 evoluir em nada, a proposta que esta na tela é a proposta que nos tínhamos, começamos a discutir na reunião passada e não
727 temos um numero especifico, fomos derrotados mas tudo bem, nos votamos foi 9 a 8 fica a votação, então eu acho que agora nós
728 temos que tomar uma regra meio que definitiva nessa questão, a questão da fundação Zoobotânica eu até concordo, são três
729 entidades que daqui a pouco vão ter que começar a dialogar mais internamente, como a FEPAM que estava aqui dentro e não
730 votou, não se interessou numa situação da Zoobotânica é uma situação que a Secretaria Estadual deve se organizar, os técnicos,
731 os funcionários eu acho que nos temos que votar sim naquilo que nos definimos e no proposito que foi apresentado.” **Sr. Rafael**
732 **José Altenhofen-UPAN:** “ Ivo apenas esse negocio diz que a minha entidade não participou, eu especificamente não participei mas
733 a mesma questão, eu estava prestando atenção aqui, eu entendo que algumas entidades FEPAM, Fundação Zoobotânica, órgãos
734 ligados especificamente ao licenciamento e gestão ambiental do estado devem participar compulsoriamente das câmaras técnicas
735 independente de manifestar nenhum interesse, porque não adianta uma câmara técnica discutir aspectos relativos a licenciamento
736 outros fins e não estão orgulhado, ai depois traz isso pro CONSEMA, aonde em prioria deveria apenas se discutir sim ou não e dai
737 vem pra representação e diz, a eu estou trazendo um elemento novo como já ocorreu, esse elemento novo ele tem que entrar na
738 câmara técnica.” **Sra. Maria Patrícia Mollmann-SEMA:** “ Manoel eu ouvi sim, é Rafael, eu ouvi a tua consideração, eu acho que as
739 entidades pediram já para entrar nas câmaras, a fundação Zoobotânica como fundação ela não é membra do CONSEMA, é, ela
740 não é membra do CONSEMA é só o representante do corpo técnico, então dos servidores ela é, nesse note ai, então acho que
741 aqui, a maioria das câmaras acho que tá, a FAMURS esta, a FEPAM esta a SEMA, acho que as entidades que tem essa
742 responsabilidade foi a que indicaram aqui, não vejo como a gente votar compulsoriamente, e a FZB não é, ela não esta como
743 entidade, é o corpo técnico, enfim eu vou propor assim, alguém quer propor diferente? Tá enfim, esta apro
744 vado o artigo 4º então com a redação das duas excepcionalidades com a disposição transitória, uma 16, uma 17, depois do ajuste
745 máximo, se dará pela regra, aquela da exclusão pela não participação, quem é favorável? Ao artigo 4º? A manter nessa redação, eu
746 vou fazer por contraste, quem é contrario? Abstenções? Então unanimidade, e o artigo 5º é as disposições encontrarias de todas as
747 outras resoluções das câmaras técnicas anteriores, pra gente até fazer, queremos fazer um trabalho na Secretaria Executiva de
748 atualizar o site, colocar o que esta revogado, o que não esta revogado, próximo desafio, pra que a gente consiga organizar
749 internamente os SPI, podemos aprovar o artigo 5º? Quem é favorável? Contrários? E abstenções? Também aprovado por
750 unanimidade, muito obrigado gente, assuntos gerais, alguma manifestação? **Sr. Alexandre-Esteio:** “ Boa tarde, meu nome é
751 Alexandre eu sou de Esteio, é muito bom o Senhor da FARSUL esta aqui, como o Senhor deve saber, o nosso parque esta com
752 agua até o gargalo, porque que isso esta assim? As licenças ambientais principalmente em áreas de preservação permanente
753 deveria pelo menos passar, o estado tem que estar em cima, daqui a pouco eles vão acabar com a nossa várzea fazendo
754 loteamento há 448, já esta dando um transtorno fenomenal que São Leopoldo esta sentindo, nos estamos sendo assolado por uma
755 enchente desde segunda feira, terça feira, devido a licenciamento ambiental de áreas que não eram para ter sido aterradas de
756 obras de em curso aguas, contraria a recursos técnicos anteriores, e o resultado deu esse alagamento fenomenal na nossa cidade,
757 porque que o parque esta alagando? O que aconteceu de novidade na nossa região ali que o parque esta alagando como nunca
758 alagou nossos fluxos d’água não estão tendo vazão para o rio, agora querem acabar com a área de várzea que vai piorar ainda, vai
759 reter mais agua dentro da cidade, dentro do parque de Esteio, dentro do parque da Assis Brasil e o estado, as entidades de
760 segurança ambiental tem que estar ligado nisso ai, porque isso ai não esta ocorrendo, isso ai serve para Esteio, serve para Canoas,
761 para Sapucaia, São Leopoldo, vão mudar pra decreto, vão instigie uma área de preservação permanente, vão lotear, vão aterrar, e
762 essa agua vão ficar aonde?, daqui a pouco vai vazar em São Francisco, a gente esta sofrendo isso ai diuturnamente, a gente fica a
763 mercê de qualquer enxurrada, as aguas não saem do município, ao lado do parque, foi feito um loteamento, uma área, um aterro de
764 loteamento industrial, a Avenida Cezar Antônio Bettanin que hoje é o acesso há 448, ela estava alagada até ontem as 10 da noite,
765 era intransitável ai o que acontece? É isso ai, aquilo ali era uma área de Várzea, dai começaram a fazer estacionamento pro
766 parque, fizeram loteamento industrial, fizeram um avenida que hoje é de ligação com a BR 448 e como é que isso ai foi aprovado?
767 O resultado nos estamos sentindo na pele na pratica, de 2010 pra cá, a quantidade de alagamentos é fenomenal, quando se fechou
768 o dique da 448 vai e vem São Leopoldo a quanto esta chegando a agua do Rio do Sinos o dique protetivo deles lá, durante gráficos
769 tudo da 448 os manda subirem em um metro o dique deles para dar segurança é muita coisa, agora vamos permitir que aterre as
770 áreas de várzeas 400 equitares existentes, em Canoas e essa agua vai para aonde? O estado tem que, as entidades que tratam

771 disso ai tem que estar em cima dos municípios, eles querem alterar o plano de gestão na nossa cidade, mudando pra decreto a
772 área quadrada, tem até placa de condomínio já lá, esses licenciamentos tem que estar, o Estado tem que estar em cima disso ai,
773 nos estamos sofrendo na prática, há quatro anos o custo disso ai, vai repetir não só em Esteio na montante da nossa cidade, as
774 pessoas vão sentir isso ai, já estão sentindo." **Sr. Rafael José Altenhofen-UPAN:** "Fazer um complemento agora, participante já a
775 20 anos dos contextos da Bacias Hidrográficas, não é ato que o comitê Sinos quer estabelecer uma resolução num impedimento
776 contrario á resolução 291 do CONSEMA por quê? Porque impede que a área de preservação permanente tenha impacto e
777 influência direta sobre os focos hídricos e como tal não pode ter solicitação ambiental limitados a municipalidade, é necessário
778 sim e cada vez mais na verdade se nós dependemos que a legislação (inaudível) contrario, hoje é mais urgente que em 1947, nos
779 retomarmos as funções das várzeas e quanto a estratégia de manutenção das atividades como as conhecemos, na bacia Sinos e
780 bacias da vizinhança, isso ate passa assim por um olhar mais afeito regional do licenciamento ambiental, na pratica que nos temos
781 visto depois da consagração da 291 do CONSEMA é que municípios estão licenciando áreas cujo os impactos não estão se
782 restringindo a sua municipalidade, consequências de imediato nos não estamos vendo hoje, consequências futuras, danos
783 ambiental futuro para as próximas gerações, são irreversíveis, porque a medida que essas áreas estão vindo a serem ocupadas,
784 retirar essas famílias vai ser muito complicado, então nos reiteramos os comitês de bacias estão atentos, estão solicitando via
785 resoluções, que o CONSEMA reveja os critérios da questão da ambiência, inclusive pra isso nós temos um outro entendimento
786 quanto a lei complementar 140, inclusive sugiro ao Senhores lerem uma orientação jurídica normativa do IBAMA que intende que a
787 369 do CONAMA , ela não foi revogada, mas ela foi derrocada apenas pelo novo código florestal, então é fundamental o Conselho
788 se depreciar com mais calma sobre essa questão, pensando especificamente em recursos hídricos, não se trata aqui de um
789 interesse em retirar o direito da municipalidade, se trata que preponderantemente de um olhar regionalizado no âmbito da bacia
790 hidrográfica sobre impactos em recursos hídricos cuja as consequências agora nos estamos acompanhando, ai complementando a
791 questão de Esteio, nos sabemos que do anos passado para cá foram cinco inundações, onde nunca antes nos últimos 60 anos
792 haviam ouvido inundações o que mudou foi 448 não esta diretamente associada a 291 mas esta diretamente associada a dinâmica
793 hídrica, mas no município sozinho não tem elementos pra discutir o âmbito de bacia, então apenas gostaria que ficasse esse
794 registro." **Sr. Ivo Lessa-FARSUL:** " Eu acho que ele falou uma coisa muito importante, acho que podia disponibilizar pros colegas do
795 CONSEMA, essa questão da 448 aonde coloca essa questão do dique de um metro, isso é extremamente importante, se na lei esta
796 dizendo que tem que ter um dique de um metro esta pegando uma cheia, então acho que é uma coisa que ate não digamos tira, eu
797 estive na 448 e visualmente tu vê uma diferença montante arredondam-te que pode calcular, vai se liberado tu vai ver que a
798 diferença de agua de um lado pro outro é sem duvida atinge bastante isso, eu acho que isso é importante, trazer ao CONSEMA ou
799 disponibilizar através do CONSEMA essa questão na necessidade do dique, e vai esclarecer muita coisa em relação ao parque e as
800 enchentes demais e o segundo assunto, é que esta disponível na questão do caso já o banhado com o APP para o estado do Rio
801 Grande do Sul, o cara gaúcho, já tem o banhado com APP dentro do, em cor não muito boa, cor azul, e a outra ainda estamos
802 aguardando a responsabilidade do P4, mas já esta a versão nova do cara com essa atualização, sim o dique é no." **Sr. Eduardo**
803 **Osório Stumpf-FGCBH:** " Em cima desse assunto, a minha proposta é que esse assunto seja pautado na Câmara de
804 Planejamento Ambiental, politico ambiental que é para isso que ela serve, que o que a gente vê, nos temos a gestão de Recursos
805 Hídricos, que é feito pelo comitê de bacias, mas o comitê de bacias historicamente se preocupa com a quantidade de agua e com a
806 qualidade e as questões de sempre, são bem complicadas, a 448 em principio tem uma indicação, uma obra federal e tem a
807 indicação de trazer o dique que a gente ouve que é pra noticiário, que a metroplan já conseguiu a verba para fazer uma parte desse
808 dique mas vai faltar outra, e então eu acho que é um assunto grande, um assunto de politica para se discutir então eu sugiro que se
809 discuta essa questão, a questão das enchentes na bacia de Gravataí, Sinos, sua relação com os comitês de bacias, com o
810 CONSEMA, com os licenciamentos da FEPAM, licenciamentos do município, então é uma proposta objetiva, esse assunto ser
811 tratado na câmara técnica de planejamento ambiental." **Sra. Maria Patrícia Mollmann-SEMA:** " Ta eu só vou pedir, pra que na outra
812 reunião, é não tem mais quórum, pra se pautar isso enfim, e a questão de simplesmente se discutir sem ter uma, sem ter uma
813 proposta." **Sr. Alexandre-Esteio:** " Só uma questão em relação a 442, ela tem uma proposta original, ela tem duas propostas,
814 quando ela é (inaudível) e depois eles acabaram mudando porque para fazer uma reforma no dique, pra fazer essa reforma no
815 dique, estudos apontam que tem que ter área de compensação, tem que ser feito pelo menos duas casas de bombas na região de
816 Esteio, tem que ser feito um alargamento e fundamento de canais de drenagem e diques auxiliares, isso é o que consta no estudo,
817 posterior a isso ai, de fazer novo dique, a ultima estigmatiza deles era de 240 milhões pra amenizar aquela área interna, que dai
818 pega Canoas ali (inaudível) são dois conventos diferentes, nos não conseguimos nem resolver ainda o que esta descrito na 448 e
819 de termina-la e eles já estão querendo fazer uma outra alteração, que vai mudar toda a fluxo de agua ali , isso foi discutido na
820 assembleia em audiência publica de bacias de contenção em Canoas e Esteio, foi levantado isso ai e ficou a duvida grande pela
821 ação, e vamos ficar sofrendo mais quantos anos com isso ai e o estado tem que ter uma visão, nos estamos perdendo muito a BR
822 vai pegar de novo para o estado." **Sra. Maria Patrícia Mollmann-SEMA:** " Mas alguma inscrição? Declaro encerrado." Não havendo
823 nada mais a ser tratado encerrou-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e oito minutos. Foi lavrada a presente Ata que deverá
824 ser assinada pela Presidente do CONSEMA.